

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Identities desidênticas: uma cartografia do conceito de  
*identidade* nos estudos de nacionalismo.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Douglas Welter Reichert**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2023**

**Identidades desidênticas: uma cartografia do conceito de  
*identidade* nos estudos de nacionalismo.**

**Douglas Welter Reichert**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

**Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2023**

**Douglas Welter Reichert**

**IDENTIDADES DESIDÊNTICAS: UMA CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE  
*IDENTIDADE* NOS ESTUDOS DE NACIONALISMO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em 11 de dezembro de 2023:

---

**Igor Castellano da Silva, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**  
**(Presidente/Orientador)**

---

**Thomaz Francisco Silveira de Araujo Santos, Dr. (UFSM)**

---

**Tatiana Vargas Maia, Dr.<sup>a</sup>. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2023

Você me abre seus braços  
e a gente faz um país.  
(Marina Lima, 1984)

## RESUMO

### **Identities Desidênticas: uma cartografia do conceito de *identidade* nos estudos de nacionalismo**

AUTOR: Douglas Welter Reichert

ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

Este trabalho realiza uma análise conceitual sobre a "identidade nacional" nos textos do *mainstream* acadêmico de estudos de nacionalismo. Nosso objetivo geral, portanto, é cartografar o conceito de identidade no contexto dos estudos de nacionalismo. O estudo busca compreender: a) quem são as vozes dominantes nesse debate; b) como o conceito de identidade é empregado nesses estudos; e, finalmente, c) como aspectos de ordem subjetiva ecoam nos mesmos. A pesquisa utiliza bibliometria para selecionar os principais estudos e, após critérios de exclusão, 99 textos são analisados mais profundamente. Metodologicamente, uma revisão sistemática da literatura foi seguida por uma análise qualitativa a partir do termo "identidade", sendo perceptível a prevalência de discussões sociológicas sobre as demais perspectivas analisadas. Encerra-se o estudo num movimento exploratório visando a discutir a identidade nacional no contexto dos principais autores da amostra para, em seguida, observar a mudança de seu emprego no caso da obra de um autor específico. O trabalho é concluído com algumas reflexões sobre o uso da psicanálise contra o conceito de identidade nacional, oferecendo insights para futuras pesquisas e outros caminhos para a compreensão das dinâmicas subjetivas atreladas às identidades nacionais.

## **ABSTRACT**

This study carries out a conceptual analysis of "national identity" in mainstream academic texts on nationalism studies. Our general objective, therefore, is to map the concept of identity in the context of nationalism studies. The study seeks to understand: a) who are the dominant voices in this debate; b) how the concept of identity is important in these studies; and, finally, c) how subjective aspects echo in them. The research uses bibliometrics to select the main studies and, after exclusion criteria, 99 texts are analyzed in more depth. Methodologically, a systematic review of the literature was followed by a qualitative analysis based on the term "identity", with the prevalence of sociological discussions being noticeable over the other perspectives analyzed. The study ends with an exploratory movement aimed at discussing national identity in the context of the main authors in the sample and then observing the change in its use in the case of the work of a specific author. The study concludes with some reflections on the use of psychoanalysis against the concept of national identity, offering insights for future research and other paths to understanding the subjective dynamics linked to national identities.

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. ASPECTOS GERAIS DA AMOSTRA E METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
2.1. QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	13
2.2. QUEM FALA?.....	15
2.2.1. Área prioritária de atuação do/s autor/es.....	15
2.2.2. Raça e gênero do/s autor/es.....	17
2.2.3. Data de nascimento e idade dos autores.....	19
2.2.4. Origem geográfica dos autores.....	21
2.3. A IDENTIDADE CONTRA SI MESMA E SEUS PROBLEMAS.....	22
2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	23
<b>3. ANÁLISE QUALITATIVA.....</b>	<b>24</b>
3.1. DAS PERSPECTIVAS ANALISADAS.....	25
3.2. PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA.....	25
3.3. PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	27
3.4. PERSPECTIVA POLÍTICA.....	30
3.5. PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	31
3.6. PERSPECTIVA RACIAL.....	32
3.7. PERSPECTIVA SUBJETIVA.....	33
<b>4. A IDENTIDADE NACIONAL E (ALGUNS DE) SEUS OUTROS.....</b>	<b>36</b>
4.1. POR UMA CRÍTICA PSICANALÍTICA DA IDENTIDADE.....	37
4.2. ANÁLISE DOS TEXTOS SELECIONADOS.....	39
4.2.1. Definições, definições e definições.....	40
4.2.2. O que é, afinal, uma nação?.....	43
4.2.3. Estado, nação e identidade em Anthony Smith.....	46
4.2.4. Sobre conceitos, definições e historicidade.....	48
4.2.5. De volta para o passado-presente-futuro.....	50
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>62</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este é um estudo conceitual. Almeja-se, sucintamente: compreender quem são os sujeitos que mobilizam o discurso dominante acerca da identidade nacional no *mainstream* acadêmico; mapear quais são os termos nos quais a identidade é definida; e, finalmente, discutir algumas abordagens dos aspectos subjetivos do termo nessa amostra. Em um estudo de 2020 tentei dar conta de explicar porque o que se diz sobre a China no Brasil reflete muito pouco sobre a China, recaindo sobre um esforço político mobilizado para apresentá-la noutros termos para a população (REICHERT, 2021). Não conseguia naquela altura, ainda, perceber que mesmo o que eu associava a *o que é a China* não correspondia à sua existência Real, mas a um novo esforço imaginativo (mesmo que, em um certo sentido, mais crítico). O fim do estudo, contudo, acabou se retorcendo em função de um encontro com a obra de Jessé de Souza (2018; 2019), que ofereceu uma série de termos significativamente funcionais para a qualificação do debate em torno da estrutura de classes brasileira. A partir de Jessé, portanto, a ideologização neoconservadora da classe média brasileira foi discutida como um mecanismo de proteção dos interesses de nossa “elite do atraso”. O inimigo comum a que me refiro, assim, é a operação simbólica que cria uma falsa unidade que sustenta o imaginário homogeneizante da identidade nacional. O que eu tento, mesmo que não deliberadamente, já desde esses estudos, é expor a falsidade<sup>1</sup> inerente às identidades, notadamente, as nacionais.

O projeto que veio a se tornar esse Trabalho de Conclusão de Curso passou por uma série de reformulações no decorrer dos últimos dois anos. O esforço inicial desse estudo seria um debate em torno dos conceitos de violência e suas possibilidades de mobilização teórica. Em seguida, reposicionou-se com o intuito de associar violência à própria estrutura dos Estados nacionais – decorrente de ideias do feminismo e do de/des/pós-colonialismo. Com mais um deslize, posicionei-o em torno da discussão da violência no contexto brasileiro e suas implicações subjetivas. O que me empurrou novamente para o entorno da identidade nacional, acredito, foi o contato com a inter/multiculturalidade no contexto extensionista do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, o Migraidh. Alguns textos, creio eu, marcam essa reaproximação. O primeiro é

---

<sup>1</sup> É digno de nota que o sentido no qual “falsidade” é empregada no presente estudo não é com o intuito de desqualificar as discussões atreladas à identidade. Nem, tampouco, sustentar uma perspectiva essencialista, que aponte para a existência de uma identidade verdadeira, não mediada – tomada como: *a identidade*. Em ambos os casos, tais perspectivas seriam sustentadas a partir de um fundo inerentemente valorativo. Objetiva-se aqui, ao contrário, posicioná-la a partir do reconhecimento da *identidade* – no sentido de ser idêntico a algum outro ou, no limite, ser idêntico a si mesmo – como um impossível. Isso é discutido com maior profundidade através do aforismo de que *toda identificação é alienação* na seção 4.1. deste trabalho.



de Greenfeld e Eastwood (2007) que, ao discutir a transição das lógicas de regulação das identidades frente ao advento do Estado nacional, aponta para uma dinâmica fundamental das identidades nacionais: sua transformação ao longo do tempo. Hoje, encontro uma série de ressalvas com relação a tal estudo, mas foi ele quem primeiro fraturou minha visão sobre as dinâmicas do *tempo* sobre o presente objeto de estudo.

Amanda Machin (2021), num movimento totalmente distinto, oferece um arcabouço teórico psicanalítico para a discussão sobre o processo de re-construção do nacionalismo. Notadamente duas ideias de seu estudo me interessaram: a) a criação do nacionalismo como um processo inerentemente existente – isto é, criando-se num movimento que oculta sua data de nascimento sob o signo de um mito fundador; e b) as dinâmicas subjetivas e afetivas como uma ausência na bibliografia dominante do campo. Essa falta, expressa por Amanda, também é apontada por Yannis Stavrakakis (2007). Atrelado a isso, Gianluca Simi (2020), propõe uma definição da estrangeiridade estabelecida como a distância relativa projetada no “de fora” em relação a um “de dentro”. O que, inclusive, poderia ser percebido como uma distância relativa entre o que se imagina como “de fora” em função do processo imaginativo da identidade nacional como devir do que o sujeito nacional quer ser/ter (REDIN, 2020).

Epistemologicamente mobilizado a partir dessa matriz, reconhecendo uma série de lacunas ainda premente no campo das relações internacionais – especialmente a partir de Karine de Souza Silva (2021) – e a partir do esforço de traçar contornos a essa discussão decorrente do trabalho junto ao professor Igor, foi que essa pesquisa veio a tomar sua forma atual. Visto esse panorama cabe apontar que este é, em suma, um estudo conceitual. O que se almeja apreender ao longo da presente análise é como a polissemia de “identidade nacional” se expressa nos textos *mainstream* do campo acadêmico. Isto é, depois de reconhecer a impossibilidade de dizê-lo todo (como apontado nos esforços anteriores), pareceu-me pertinente estabelecer uma definição mais ou menos geral das vozes dominantes que ditam os termos dos debates que perpassam a nação, o nacionalismo e as identidades nacionais. O que justifica os critérios de inclusão e exclusão de textos na amostra abordada.

Ou seja, enquanto objetivo geral, visa-se a cartografar o conceito de *identidade* no contexto dos estudos de nacionalismo. Para executá-lo, enquanto objetivos específicos, almeja-se: a) compreender a partir de onde o discurso que corresponde ao *mainstream* acadêmico é mobilizado; b) mapear os usos empregados a esse conceito de forma sistemática nessa literatura; e, finalmente, c) explorar contribuições possíveis destes textos para um aprofundamento dos aspectos subjetivos atrelados às identidades nacionais. Sendo que, o

enfoque em aspectos de ordem subjetiva se dá com o intuito de colocar à prova uma afirmação de Amanda Machin (2020, p. 285), para quem os teóricos do nacionalismo falham ao “oferecer as ferramentas conceituais para apreender a natureza de seu domínio afetivo e suas implicações”, incorrendo na reificação da nação – e, por extensão, de sua identidade.

A escolha por esse enquadramento se justifica – para além dos elementos já mencionados – pela ambiguidade do nacionalismo no contexto das Relações Internacionais. Sua abordagem geral no campo é ambígua, dado que consegue, concomitantemente: a) assumir e reiterar o nacionalismo – desde a consolidação do Estado-nação até as duas Guerras Mundiais – como “uma variável fundamental na composição de seu campo empírico” e “uma força motriz nas relações internacionais contemporâneas”; e b) negligenciá-lo, relegando-o a análises históricas, de política comparada ou à arena da política doméstica. (VARGAS-MAIA, 2022, p. 1). De modo com que,

Embora os estudiosos das Relações Internacionais reconheçam a importância do nacionalismo como um fenômeno constituinte do campo, raramente se envolvem em pesquisas que investiguem os seus efeitos tanto na estrutura como na dinâmica das relações internacionais. Em grande medida, isto se deve a barreiras teóricas e metodológicas que continuam a assombrar a disciplina de Relações Internacionais. Ao aspirarem a um elevado nível de abstração, pesquisadores da área optam por qualificar os seus atores como “unidades” e “Estados” (VARGAS-MAIA, 2022, p. 1).

Isso conduz, em última instância, a um “nacionalismo banal de tipo epistemológico”. Isto é, a uma propensão por parte da maior parte das análises – tanto teóricas, quanto empíricas – de supor uma relevância inerente da ideologia nacionalista para a história das instituições sem, contudo, endereçar essa variável com maior complexidade – algo relegado somente aos estudos contemporâneos. Outro importante efeito dessa suposição é de ordem metodológica, de tal modo que o Estado-nação passa a ser reiterado acriticamente como protagonista das relações internacionais, sem menções específicas à ideologia nacionalista que dá sustentação a esse processo (VARGAS-MAIA, 2022, p. 3). A polissemia expressa pela diversidade de definições, assim, opera um processo duplo. Por um lado, atesta a relevância do tema, tanto em termos políticos, quanto acadêmicos. Por outro, pode culminar na difusão de discussões teóricas pautadas em termos imprecisos, prejudicando o avanço de pesquisas sobre a temática (VARGAS-MAIA, 2019).

Em termos metodológicos, portanto, adotou-se a escolha pela realização de uma revisão sistemática da literatura, seguida de uma discussão qualitativa sobre o termo

identidade nacional na amostra obtida, finalizando com o aprofundamento da discussão sobre seus aspectos subjetivos. Esse estudo, não obstante, tem um caráter exploratório. Optou-se por realizar a revisão somente a partir do corpus textual encontrado, guiando-se pelo apontamento de Machin (2021) de inexistirem estudos qualificados acerca da natureza, do domínio afetivo e das implicações do nacionalismo, especialmente atrelado à identidade nacional. A bibliometria é utilizada, em um primeiro momento, para selecionar e classificar os estudos que seriam componentes desse *mainstream*. Optou-se, assim, pela pesquisa dos 250 primeiros resultados – considerados em termos do número de citações – dos termos *nação (nation)*, *nacionalismo (nationalism)* e *identidade (identity)*, em inglês – visando a, com isso, captar os principais debates da disciplina de forma internacionalizada. Após a aplicação dos critérios de exclusão, remanesceram 99 textos, que foram analisados com maior profundidade. Ainda no primeiro capítulo, a amostra foi classificada com o intuito de identificar a sua autoria, isto é, *quem* produziu esse discurso *mainstream* – e, portanto, dominante. Não surpreendentemente, considerando o processo de constituição do campo, já discutido por Karine de Souza Silva (2021), ela é constituída majoritariamente de homens, brancos, velhos, ocidentais (e, em sua grande maioria, já mortos). É reconhecida, não obstante, a limitação de uma análise baseada puramente em aspectos identitários dos autores que, como já apontado por Michel Foucault (2001), operam como ficções discursivas.

No segundo capítulo, visa-se a realização de um processamento de natureza qualitativa do corpus textual definido nesta amostra. Dado que a composição da mesma é composta, majoritariamente, por livros, optou-se pela sua leitura de forma guiada a partir das palavras chave *identidade (identity)* e *identidades (identities)*. Nesse processo, objetivou-se compreender: a) se o conceito é mobilizado; b) em sendo mobilizado, se é discutido; c) se ele é apresentado como um processo; d) quais perspectivas são mobilizadas para qualificá-lo, sendo classificadas em: sociológica, histórica, política, subjetiva, racial e de gênero; e) se limitações são reconhecidas ao conceito nos termos em que é mobilizado; e, por fim, f) qual a definição – se é que ela se apresenta de forma explícita – que a/o autor/a oferece ao conceito. Em síntese, percebeu-se a prevalência da perspectiva sociológica sobre as demais, com a menor frequência de menções atrelada às discussões de gênero. Além disso, mesmo em sendo evocadas nos textos, isso não significa, de modo algum, que tais perspectivas estejam endereçadas de forma complexa. Sendo isso, na prática, a exceção.

O capítulo final, nesse contexto, tem o intuito de ampliar a discussão – de forma ainda exploratória – a partir de elementos percebidos como capazes de promover escansões

relevantes na discussão sobre identidades a partir de uma perspectiva subjetiva. Alguns textos da amostra são, assim, evocados para exemplificar elementos pouco (ou mal) desenvolvidos de forma geral no corpus textual analisado. Após o embate entre as perspectivas de Walker Connor (1972;1978) e Anthony Smith (2009), o quadro analítico psicanalítico por Amanda Machin (2021) é apresentado com vistas a complexificar a discussão das dinâmicas subjetivas para além de pressupostos de ordem relativista. Apresenta-se, por fim, uma série de ponderações sobre avanços e limitações do conceito de identidade nacional através da literatura explorada.

## 2. ASPECTOS GERAIS DA AMOSTRA E METODOLOGIA

O presente capítulo tem como intuito apresentar alguns aspectos gerais da metodologia empregada neste estudo, bem como, discutir os principais critérios utilizados no processamento dos textos componentes da amostra encontrada. Em seguida, passar-se-á à análise representativa dos autores do *corpus* textual já filtrado, visando a compreender quem são as vozes que pautam os termos nos quais a presente discussão se dá.

### 2.1. QUESTÕES METODOLÓGICAS

A partir do reconhecimento da complexidade do fenômeno do nacionalismo, almeja-se aqui compreender em que medida um processo específico foi elaborado no decorrer de sua elaboração científica: suas dinâmicas (inter)subjetivas. Evidentemente, é impossível cobrir todo o campo de estudos que compõe as discussões da “nação”, “nacionalismo” e “identidade nacional”, com vistas a conhecer *tudo* o que já se discutiu sobre a temática e, igualmente, seria impossível processar artigos em uma série de línguas que desconheço. O presente trabalho, nesse sentido, será um de caráter qualitativo. O esforço principal desse estudo é uma revisão sistemática de literatura, de modo com que, alguns caminhos distintos serão empregados para dar conta de seu processamento: a) o capítulo um será conduzido, inicialmente, de forma quantitativa, seguindo um conjunto de técnicas bibliométricas para qualificar e selecionar a produção do campo e elencar aspectos significativos da autoria de tais estudos; b) o capítulo dois, por outro lado, consiste em uma análise qualitativa do *corpus* remanescente dos textos filtrados na etapa anterior (com o objetivo central de categorização da frequência e do caráter dos discursos); e c) o capítulo três, por sua vez, será guiado por um modelo mais exploratório, com vistas a oferecer caminhos (mesmo que parciais) para a elaboração de aspectos de ordem subjetiva nesses estudos..

O recorte básico de inclusão deste estudo, que determinou a amostra total de textos selecionados, se deu a partir dos 250 artigos mais citados em cada uma das três pesquisas específicas: “nação”, “nacionalismo” e “identidade nacional” realizadas como “*nation*”, “*nationalism*” e “*national identity*”, totalizando 3 grupos amostrais e um total de 750 textos. Feito isso, passou-se a um procedimento bibliométrico de caráter mais quantitativo, com o estabelecimento de critérios de exclusão, respeitando a seguinte ordem: textos publicados em revistas inquestionavelmente fora do escopo do presente estudo (“*Phi Delta Kappan*”; “*Journal of Brand Management*”; “*Computer Physics Communications*”, por exemplo); obras claramente fora do escopo do presente estudo (como dois livros didáticos “*Teaching*

*ESL/EFL*”; além de diversas outras obras voltadas ao aprendizado de vocabulário); Feitos esses dois recortes o que alcançamos é, em tese, o conjunto de textos mais citados que discorrem sobre os três conceitos que pretendemos mapear. O próximo passo, assim, foi o de tentar delimitar ainda mais a literatura *mainstream*. A média simples produzida a partir do número de citações total dos estudos foi utilizada como linha de corte, sendo descartados todos os estudos abaixo da média geral de citações de seu respectivo conceito. Isto é, no caso dos textos sobre “nationalism”, considerou-se os acima das 1303 citações; no caso dos sobre “nation”, considerou-se os acima das 787 citações; e, finalmente, no caso dos sobre “national identity”, considerou-se os acima das 388 citações.

Em seguida, os textos remanescentes foram classificados segundo uma escala de cores, na qual: a) verde corresponde a textos que parecem estar passando diretamente por discussões correlatas ao nosso objeto de estudo, portanto indispensáveis; b) amarelo corresponde a textos que, apesar de com alguma indicação de proximidade, não parecem discutir diretamente nosso objeto, portanto pertinentes mas prescindíveis; c) vermelho corresponde a textos que indicam estar explicitamente fora das temáticas que almejamos contemplar, portanto dispensáveis; e d) roxo corresponde a textos que não conseguimos ter acesso no decorrer dessa primeira fase de pesquisa. Exemplos de textos classificados como amarelos são estudos que indicavam ser de caráter puramente histórico e, portanto, não endereçando dentes conceituais (BUSHNELL, 1993; APPLGATE, 1990; HOLY, 1996; por exemplo) ou abordando temáticas muito específicas, como concursos de beleza (WEISER, 1999) e forças nucleares (HECHT, 2009). Já no caso dos elencados como vermelhos, diversos foram os casos, como textos discutindo: políticas linguísticas (MACALISTER, NATION, 2020; RICHARD, et al, 1985); antibióticos (MOFFATT, et al, 2006); ou até insetos (NATION, 2022). Assim, com vistas a qualificar a disposição de dados para a análise, os textos classificados como verdes e amarelos na última análise foram reunidos em uma planilha única.

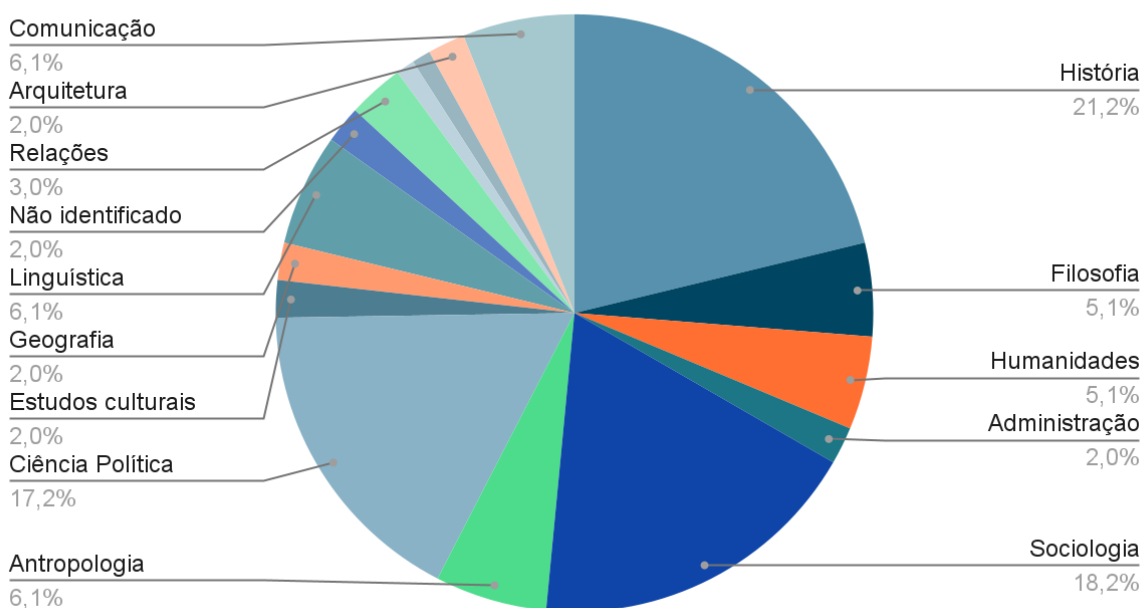
A partir dessa seleção, foram feitas pesquisas individuais com o intuito de levantar informações específicas acerca dos autores dos referidos estudos, contemplando: gênero, área de atuação/formação prioritária; origem/nacionalidade; ano de nascimento (e se segue vivo); e cor – mapeando, mesmo que superficialmente, um perfil das/os autoras/es mais “relevantes” (em termos de citações). Reconhecemos as limitações epistemológicas de aderir a um modelo de análise baseada em critérios puramente identitários, porém, igualmente, entendemos a importância de posicionar, mesmo que precariamente, as posições a partir das quais os discursos de maior “relevância” são re-formulados.

## 2.2. QUEM FALA?

Por hora, contudo, vamos nos ater a delimitar aspectos gerais da amostra final (processada) dos textos encontrados. No resultado final da pesquisa realizada – composta pelos textos enquadrados nas categorias verde e amarela –, restaram 99 documentos, após a aplicação de todos os critérios de exclusão já mencionados. O objetivo geral desta subseção é o de delimitar, mesmo que precariamente, algumas linhas gerais de diagnóstico do que compõe a literatura *mainstream* das temáticas pesquisadas. Cabe mencionar, porém, que nem todas as informações foram encontradas sobre todos os textos e, igualmente, uma série de dificuldades de categorização foi encontrada no decorrer do processo. Nos voltaremos a essas situações específicas no decorrer da análise dos dados. É digno de menção que, em termos de definição metodológica, consideramos por “autor/as/es” as pessoas identificadas como autoras de livros e artigos. No caso de livros organizados com a participação de diversos autores, para fins desta amostra inicial, as pessoas identificadas como organizadoras foram consideradas como “autor/as/es” da obra.

### 2.2.1. Área prioritária de atuação do/s autor/es

É sabido que o campo de estudos das nações e do nacionalismo é interdisciplinar, congregando contribuições de diversos outros campos do saber. O esforço inicial de categorização, nesse sentido, foi o de delimitar, em linhas gerais, a área prioritária de atuação das pessoas que produziram as referidas obras. Em todos os casos, recorreu-se ao currículo acadêmico desses sujeitos, aliado a uma breve observação de textos anteriores, com vistas a delimitar a partir de que enquadramento disciplinar essas obras foram produzidas. Os resultados parciais podem ser observados nos gráficos abaixo.

**Gráfico 1 – distribuição por campo disciplinar**

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

As áreas mais recorrentes foram: História (21,2%), Sociologia (18,2%) e Ciência Política (17,2%). Somando, juntas, 56,5% de toda a amostra. Sendo seguidas por, respectivamente: Antropologia (6,1%), Comunicação (6,1%), Linguística (6,1%), Filosofia (5,1%), Humanidades (5,1%), Relações Internacionais (3%), Administração (2%), Arquitetura (2%), Estudos Culturais (2%), Geografia (2%), Metodologia Quantitativa (1%), Psicologia (1%) e textos não identificados correspondendo a 2%. Sendo importante destacar que, conforme mencionado, no caso de livros organizados como coletâneas, todas as análises amostrais deste capítulo foram feitas com base no autor organizador da edição.

Além disso, já nessa fase da pesquisa, é possível perceber uma recorrência reduzida de áreas que, tendencialmente, estão mais implicadas nas discussões que gostaríamos de contemplar. Os estudos voltados à crítica da identidade costumam estar mais próximos de áreas como a Psicologia, a Antropologia e os Estudos Culturais que, na amostra geral, correspondem a menos de 10%. Isso não significa, por óbvio, a inexistência dessa discussão – que só poderá ser afirmada mediante uma análise qualitativa dos resultados, que será empreendida no segundo capítulo deste estudo –, mas já é um indicativo interessante dos domínios científicos que costumam ser mobilizados com vistas a compreender o nacionalismo e, não obstante, os conceitos e ideias que permeiam esse processo.



### 2.2.2. Raça e gênero do/s autor/es

Vistas as áreas prioritárias de atuação, essa subseção almeja indicar *quem* são os autores que compõem a amostra obtida. A ideia inicial de procedimento dessa fase seria compreender, em termos de representatividade, como seriam qualificadas as pessoas responsáveis pela produção científica dos estudos voltados à discussão dessa temática. Isto é, as pessoas responsáveis por dar corpo ao que se entende pelo campo das nações e do nacionalismo – aquelas/es que o produzem enquanto discurso academicamente dominante. Uma série de dificuldades se institui, porém, no sentido de conseguirmos qualificar essa análise e, evidentemente, os resultados aqui obtidos são parciais. Além de, muito possivelmente, em alguma medida, deformados pelas categorias utilizadas para o seu enquadramento.

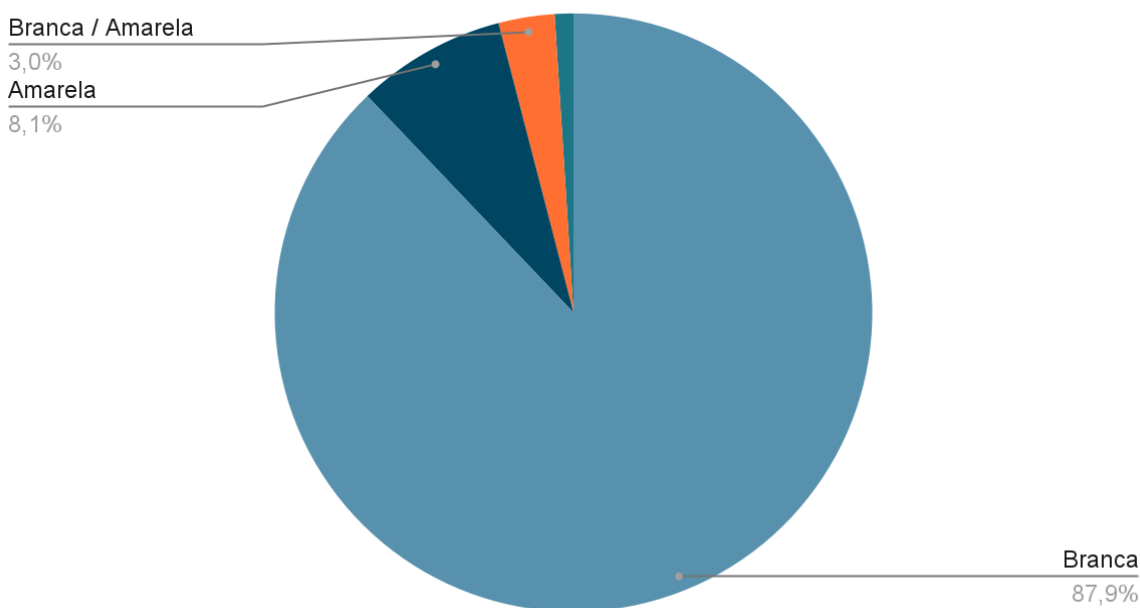
O marcador de classe foi, já num primeiro momento, descartado. Não seríamos capazes de ter acesso a dados factíveis e diretos dos rendimentos dos referidos autores para categorizá-los e, mesmo que o tivéssemos, tal recorte pouco ou nada seria capaz de nos dizer, visto que desconsidera flutuações ao longo do tempo. Em sua maioria, os autores encontrados são professores universitários e/ou pesquisadores. O que, de um lado, indica que muito possivelmente não são de classes sociais notavelmente muito ricas ou muito pobres. Mas, igualmente, isso seria apenas um registro do tempo atual, não sendo capaz de dar conta de processos de ascensão (ou descensão) social que, por sua vez, poderiam nos dizer mais sobre os interesses de classe implicados em seus referidos estudos, por exemplo. Dito isso, optamos por suprimir a variável de classe por: a) sua dificuldade de mensuração e comparação; e b) sua baixa capacidade explicativa no caso deste estudo, em específico.

Quanto a raça e gênero, os processos já tendem a ser distintos. O que não significa, porém, que outras dificuldades em sua mensuração não sejam encontradas. Em termos de raça, por exemplo, mesmo que um sujeito não seja capaz de “trocar” de raça, sua inteligibilidade social depende de condicionantes histórico-sociais específicas (SOUZA, 2021; KILOMBA, 2019). O caminho metodológico que escolhemos, nesse sentido, foi de tentar nos utilizar de mecanismos de heteroidentificação fenotípica (DIAS, JUNIOR, 2018) para categorizar os autores a partir das categorias utilizadas pelo IBGE (preto, pardo, branco, amarelo e indígena). Sabemos que essa análise será superficial, mas o intuito é traçar um breve panorama de *quem* possui espaço no *mainstream* acadêmico do campo. O resultado que obtivemos pode ser observado a seguir (gráfico 02).

De todos os estudos, apenas um foi produzido por um autor negro (HALL, 1993). Pouco mais de 10% deles conta com autores identificados como “amarelos” (sendo 8,1% de

autores solo e 3% em estudos com mais de um autor, sendo um deles amarelo). Sendo esses compostos, em sua maioria, por pesquisadores de origem de países do sul global – caso dos asiáticos Homi Kharshedji Bhabha (2013) e Gayatri Chakravorty Spivak (2007); e dos orientais Joseph Andoni Massad (2001) e Yasir Suleiman (2019), por exemplo –, que construíram suas carreiras nos Estados Unidos da América e/ou no Reino Unido. Os demais 87,9% dos estudos foram produzidos por autores identificados como brancos.

**Gráfico 2 – distribuição racial**



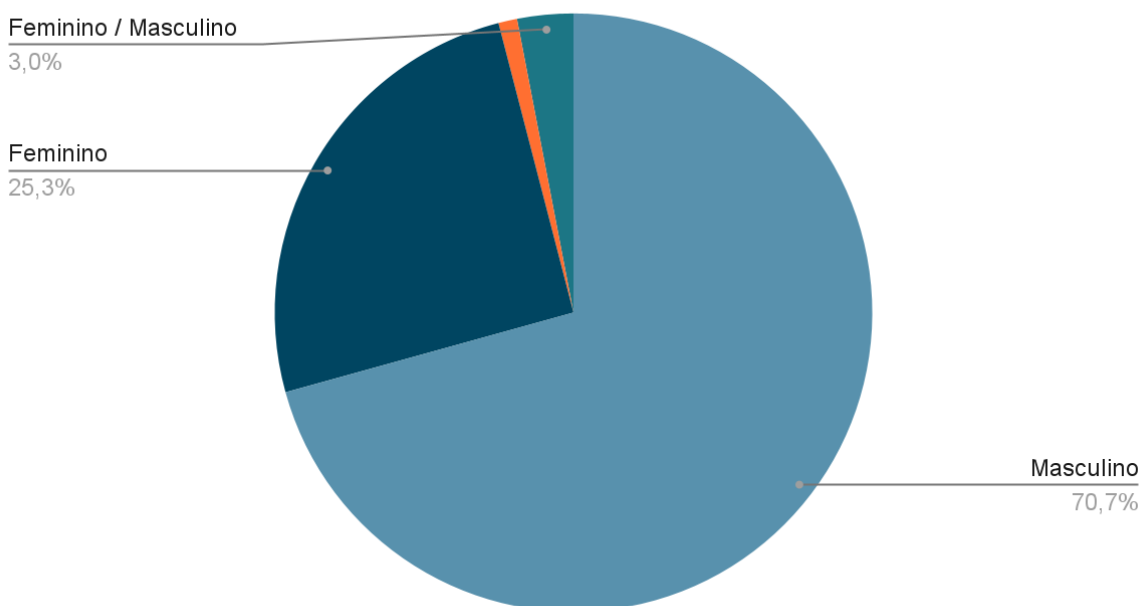
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Mensurou-se, também, o enquadramento de gênero dos referidos autores. Dado que a maior parte das línguas possui uma construção generificada<sup>2</sup>, sua categorização nesse caso foi realizada sem grandes dificuldades, tomando-se como critério as próprias descrições dos autores em suas respectivas redes sociais ou biografias institucionais. A participação feminina na produção científica, a partir dessa análise, correspondeu a pouco menos de 30% (contando com: 25,3% dos trabalhos com apenas autoras mulheres; 3% com autoras mulheres em coautoria com homens; e 0,95% – o texto de Butler e Spivak (2007) – feito em coautoria de

<sup>2</sup> A construção de gênero nas línguas varia significativamente. Algumas – como o português, o espanhol e o francês – possuem gênero gramatical binário (masculino/feminino). Outras, como o inglês, carecem desse sistema. No alemão, o gênero é arbitrário e precisa ser aprendido junto com a palavra a que se refere. Há, inclusive, casos – como no árabe – em que há um terceiro gênero, neutro. Esses aspectos diversos refletem normas sociais e culturais, influenciando o modo como as línguas abordam e expressam o gênero através de sua construção e mobilização ao longo do tempo.

uma mulher e uma pessoa não-binária). A autoria exclusivamente masculina, por outro lado, corresponde a 70,7% (contando, ainda, com mais 3% dos trabalhos redigidos conjuntamente por homens e mulheres). É digno de nota, nesse sentido, que apenas um (0,95%) dos noventa e nove textos possui autoria de uma pessoa não enquadrada nas categorias de homem ou mulher, conforme já mencionado acima. Seguindo esses critérios, nenhum texto de autoria de mulheres negras foi encontrado ao longo de toda a pesquisa.

**Gráfico 3 – distribuição de gênero**



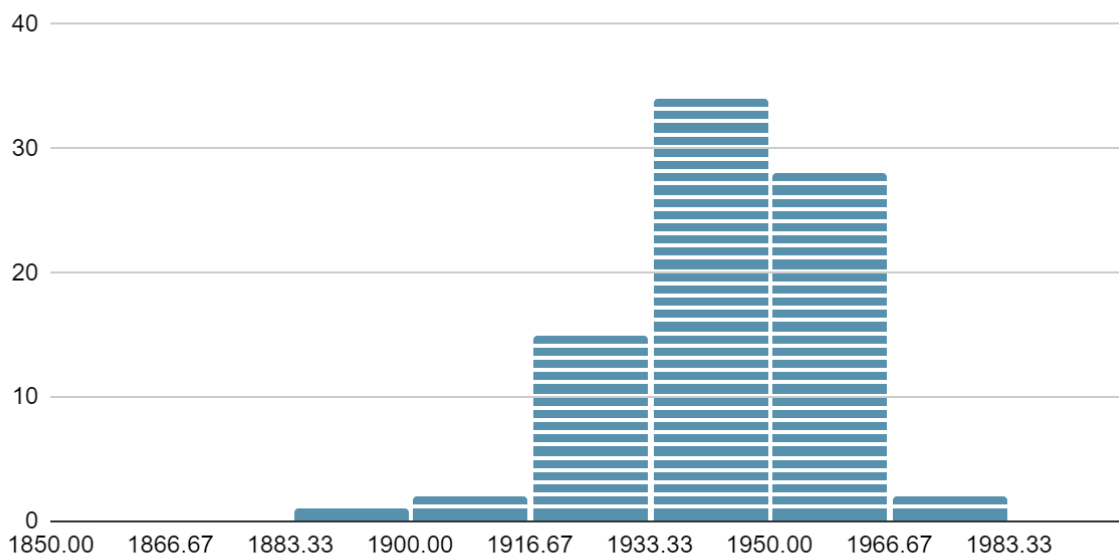
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

### 2.2.3. Data de nascimento e idade dos autores

Quanto às dinâmicas geracionais é interessante perceber que todos os noventa e nove estudos foram produzidos por autores nascidos no período entre 1891 e 1970, compreendendo uma faixa de 79 anos. Isso implica, igualmente, que o autor mais velho (KOHN, 1967) nasceu há 132 anos e o mais jovem (ÖZKIRIMLI, 1999) a 53 anos. Não foi possível encontrar dados confiáveis referentes à data de nascimento de 12 autores (sendo 10 deles em estudos de autoria solo e 2 deles feitos em coautoria, sendo possível identificar a data de nascimento de seus coautores). A distribuição desses dados pode ser observada no histograma (gráfico xx) abaixo. Além das datas de nascimento, tentamos identificar quais dentre esses autores seguem vivos, os resultados podem ser observados no gráfico xx. Em três casos, não foi possível identificar essa informação (dois deles em estudos de autores solo

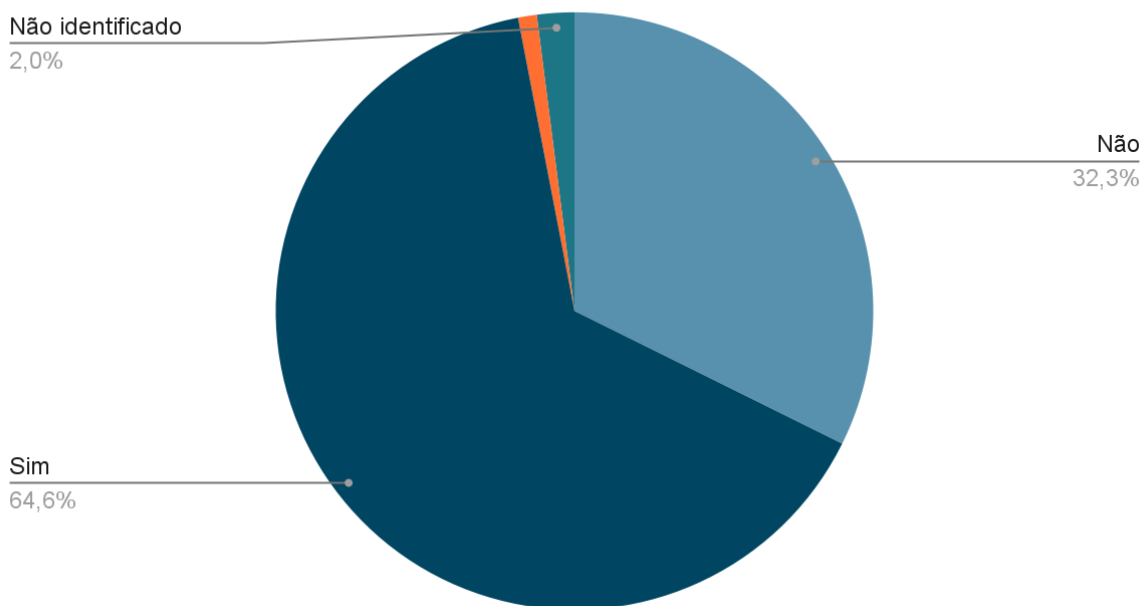
e um deles em coautoria – no qual um autor está vivo e o outro não foi identificado). Majoritariamente (em 64,6% dos textos), os autores seguem vivos.

**Gráfico 4 – histograma dos anos de nascimento**



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

**Gráfico 5 – autores ainda vivos**

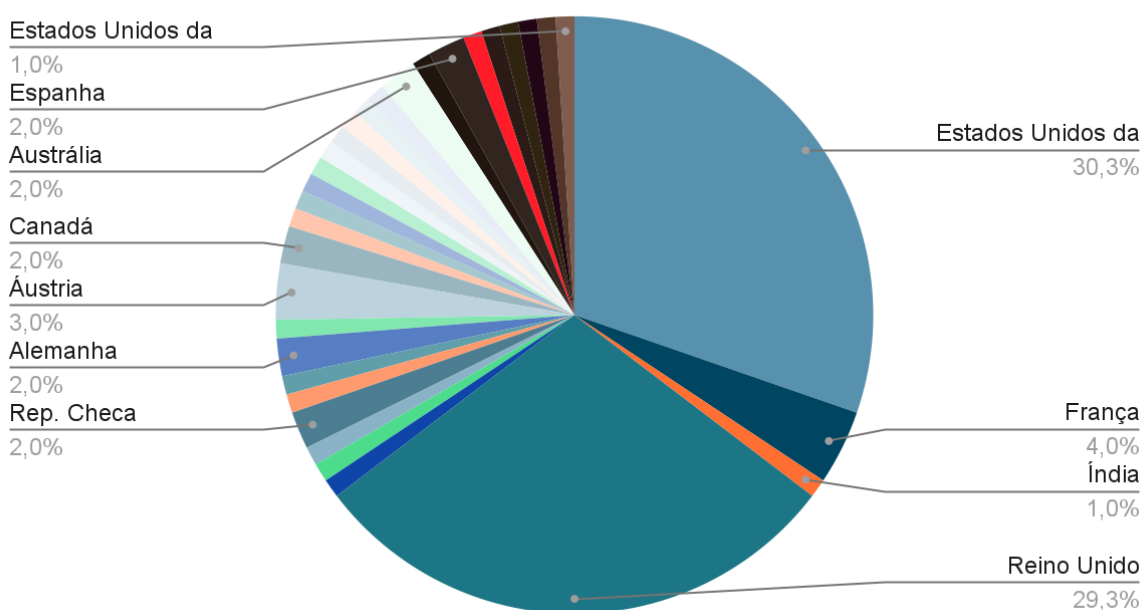


Fonte: elaborado pelo autor (2023).

### 2.2.4. Origem geográfica dos autores

Por fim, tentamos identificar as origens geograficamente definidas dos autores. É pertinente apontar, de partida, as limitações de tal categorização, dado que tal escolha metodológica implica: a) a desconsideração da mobilidade dos mesmos ao longo do tempo; e b) a incapacidade de englobar as transformações dos próprios locais de origem – que, neste caso, optamos por identificar no contexto dos Estados atualmente existentes<sup>3</sup>. É notável, já em uma análise superficial, a preponderância de estudos produzidos por autores dos Estados Unidos da América e do Reino Unido que, sozinhos, congregam 59,6% do total – além de outros 2% produzidos em coautoria de pesquisadores estadunidenses com pesquisadores de outras origens (BUTLER, SPIVAK, 2007; DITTMER, KIM, 1993).

**Gráfico 6 – distribuição por país de origem**



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Ordenando esses dados segundo uma distribuição em grandes regiões geográficas (África, Américas, Ásia, Europa, Oceania e Oriente Médio) é possível observar que 86,9% dos estudos foram produzidos por autores ocidentais (de origem americana, europeia ou

<sup>3</sup> Um exemplo é o caso de Hans Kohn, que cresceu na áustria-hungria que não existe mais. Em termos de categorização, consideramos a conformação atual dos territórios, alocando-o em função da cidade de nascimento, hoje pertencente à República Checa. Outro caso de difícil categorização é o de Liah Greenfeld, que se apresenta como “israelense-americana russo-judaica”.

australiana). Contando com apenas um estudo de origem africana (MCCLINTOCK, 1993) e três oriundos da Oceania, todos contendo autores australianos (HUDDY, KHATIB, 2007; SPILLMAN, 1997; STRATTON, ANG, 1994)<sup>4</sup>. O Oriente Médio, por sua vez, é representado por Irã (MOGHADAM, 1994), Israel (TAMIR, 1995), Jordânia (MASSAD, 1999), Síria (TÖLÖLYAN, 1991) e Palestina (SULEIMAN, 2019). A Ásia, por fim, conta com trabalhos de autoria oriunda de: Coreia do Sul (DITTMER, KIM, 1993), Índia (BHABHA, 2013; BUTLER, SPIVAK, 2007), Japão (ŌMAE, 1995), Rússia (GREENFELD, 1992), Sri Lanka (JAYAWARDENA, 2016), Turquia (BOZDOĞAN, KASABA, 1997; ÖZKIRIMLI, 1999). Demonstrando assim, em termos numéricos, a centralidade da América e da Europa no processo de pautar os termos nos quais os debates sobre as nações e os nacionalismos se desenvolvem no *mainstream* acadêmico.

### 2.3. A IDENTIDADE CONTRA SI MESMA E SEUS PROBLEMAS

O que realizamos no presente capítulo, em síntese, é um mapeamento da identidade de quem fala. Observou-se, assim, que os autores que conduzem essa discussão tem um perfil definido: homens brancos velhos ocidentais. Isto é: homens em 70,7%; brancos/os em 87,9%; com idade superior a 60 anos em, ao menos, 85,8%; e ocidentais em 86,9%. Michel Foucault (2001, p. 271), ao analisar a relação entre o texto e o autor, aponta o “jogo das representações que formaram uma certa imagem do autor”, fraturando a suposição de unidade não somente da ideia de autor, como também, da própria obra. O autor (sic), segue assim declarando que o nome do autor “exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros”. Isto é, ele funciona para “caracterizar um certo modo de ser do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 273).

Esse nome, portanto, não recai sobre pessoas específicas ou suas ideias, “mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser”. Isto é, opera uma escansão. É curioso, nesse sentido, o exemplo de que “o reexame do texto de Galileu pode certamente mudar o conhecimento que temos da história da mecânica, mas jamais pode mudar a própria mecânica” (FOUCAULT, 2001, p. 274, 285). Afinal, uma série de critérios identitários pouco nos diz sobre o mérito das ideias dos autores até aqui investigados – o que não significa, porém, que nada nos diga. Por hora, sabemos quais as origens das vozes que

---

<sup>4</sup> Há, contudo, autores oriundos de outras regiões nessa parte também, como é o caso de Ien Ang, nascida na Indonésia, tendo construído sua carreira acadêmica na Austrália.

pautam os termos nos quais o debate sobre *identidade nacional* é articulado. Os discursos mobilizados em suas pesquisas – se adotarmos o ímpeto anticientífico foucaultiano, exemplificando no caso de Galileu –, contudo, nos diz mais sobre as formas através das quais essa discussão foi academicamente mobilizada do que sobre o fenômeno das identidades nacionais, em si. Nos ocuparemos, assim, de uma análise qualitativa desses textos no próximo capítulo, com vistas a qualificar a forma como tal temática emerge nos estudos acadêmicos que compõem esse *mainstream*.

#### 2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após a classificação, foi possível perceber a recorrência de um perfil bem definido de autoria na amostra. Ela, contudo, é um critério ainda precário para o entendimento sobre as discussões específicas mobilizadas nesses textos. Apesar de ser sabido que “o autor” é uma ficção, é indiscutível a falta de representatividade de autores para além dos moldes tradicionais do estereótipo acadêmico nessa discussão. Várias podem ser as justificativas para esse resultado, desde a opção por realizar a pesquisa em língua inglesa, passando pela dificuldade de consolidação na carreira por sujeitos subalternizados até as dinâmicas de colonialidade epistêmica que seguem operantes no contexto acadêmico. Não é nosso objetivo central entendê-las. Nos limitaremos, por ora, a apontar para o resultado sintomático desse primeiro capítulo. No capítulo seguinte, discorreremos sobre a análise qualitativa realizada nessa amostra textual, com o intuito de compreender como tais autores endereçam o conceito de identidade nacional em seus estudos. Para tanto foi realizada uma busca pelas palavras-chave “identidade” (“*identity*”) e “identidades” (“*identities*”), com o intuito de direcionar o processo de leitura às menções diretas das ideias que nos interessam para os fins desta análise. Passemos agora à discussão desses resultados.

### 3. ANÁLISE QUALITATIVA

Este capítulo se destina, sinteticamente, à realização de uma análise qualitativa de todos os textos levantados na amostra já descrita no capítulo anterior. Em termos metodológicos, o processamento se deu a partir da busca do termo *identidade* (expresso como: *identity/identities*). Objetivou-se, assim, identificar: a) se o conceito é mobilizado; b) se o conceito é discutido; c) se ele é apresentado como um processo; d) quais perspectivas são mobilizadas para qualificá-lo, sendo classificadas em: sociológica, histórica, política, subjetiva, racial e de gênero; e) se limitações são reconhecidas ao conceito nos termos em que é mobilizado; e, por fim, f) qual a definição – se é que ela se apresenta de forma explícita – que a/o autor/a oferece ao conceito. É pertinente ressaltar, porém, que todas essas variáveis foram avaliadas a partir de uma leitura direcionada dos textos, não compreendendo-os em sua totalidade. Isso leva a, ao menos, duas implicações importantes: a) estão omissas discussões correlatas à identidade que se dão em outros fragmentos do texto; e b) estão omissas, também, quaisquer discussões que tratem de identidade sem evocá-la por esse significante, em específico<sup>5</sup>.

Além disso, outro elemento digno de nota é que dos 99 textos da amostra inicial, nem todos foram considerados nesta fase do processamento, ou em virtude de sua indisponibilidade de acesso, ou em decorrência da impossibilidade de pesquisar por palavras-chave no mesmo. A amostra final com a qual trabalhamos neste capítulo, assim, foi de 99 textos, sendo: 22 artigos científicos, 5 livros organizados, 70 livros completos e 2 capítulos de livro. Destes, 10 foram categorizados como indisponíveis, por não terem sido encontrados disponíveis virtualmente e 3 até foram encontrados, mas de forma ilegível, inviabilizando o seu processamento. De modo com que, a amostra final contou com 86 textos. Dadas as limitações temporais, não foi possível realizar o processamento de todos eles, especialmente em virtude da maioria das obras ser significativamente longa e possuir um número muito elevado de menções – por exemplo: Liebhart (2009) com 619 menções; Kumar (2003), com 634 menções; Edensor (2002), com 663 menções; e Dittmer & Kim (1993), com 1014 menções. apenas à palavra chave *identidade*. Desse modo, a discussão a seguir será feita com base no processamento parcial obtido até o presente momento, referente a aproximadamente 60% da amostra geral dos 86 textos.

---

<sup>5</sup> Essa foi uma limitação bastante pertinente de ser demarcada nesse estudo que, inclusive, pode ensejar outras análises que venham a aprofundar essas discussões. Foi possível, no processo de construção desse trabalho, identificar em diversos textos discussões específicas que poderiam ser consideradas como tratando de identidades mas que, no entanto, não se apresentavam especificamente nesses termos. Essa questão será endereçada com maior profundidade nas considerações finais.



### 3.1. DAS PERSPECTIVAS ANALISADAS

Considerando a amplitude dessa revisão – compreendendo textos de diversas origens espaço-temporais, bem como, temáticas –, um dos esforços mais pertinentes da presente análise é a categorização dos excertos analisados segundo as perspectivas através das quais o conceito de *identidade nacional* é mobilizado. Decidiu-se, assim, por enquadrá-las dentro das categorias: sociológica, histórica, política, subjetiva, racial e de gênero. Sendo que, para os fins deste estudo, já explicitamente atrelados às ideias de Stavrakakis (1999) e Machin (2020), nosso foco são seus aspectos de ordem subjetiva. Antes disso, porém, será discutido brevemente o processo através do qual o enquadre nessas perspectivas se deu, exemplificando-o através de fragmentos dos próprios textos analisados. Pode-se observar, abaixo, a recorrência em termos de porcentagem de textos que mobilizam o conceito, que o discutem e que o apresentam como processo, bem como, a recorrência de tais perspectivas em toda a amostra (as porcentagem foram arredondadas na margem de até 0,5%). Um texto pode – e, ao que tudo indica, costuma – se enquadrar em mais de uma das perspectivas.

Mobiliza o conceito	Discute o conceito	Apresenta como processo
100%	51%	73,5%

Sociológica	Histórica	Política	Gênero	Racial	Subjetiva
94%	67,5%	65,5%	47%	51%	61%

### 3.2. PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

A perspectiva sociológica, no caso desse estudo, foi a mais recorrente e, igualmente, a mais ampla. Nela, considerou-se quaisquer elementos atrelados aos processos sociais que se vinculam à criação, mobilização ou sustentação das identidades nacionais. Algumas das principais temáticas identificadas nessa perspectiva dizem respeito ao lugar da cultura e a construção de uma comunidade nacional. Englobando, desse modo, diversas discussões, desde o reconhecimento de Jan Blommaert de que

os processos sociais contemporâneos, particularmente nos domínios do trabalho e da cultura (incluindo os processos de identidade), desenvolvem-se em redes “transnacionais” que já não respondem mais às dinâmicas “nacionais” da divisão do trabalho e da categorização da identidade (BLOMMAERT, 2006, p. 239).

Ou no esforço de síntese de Elie Kedourie, para quem

O que está fora de dúvida é que a doutrina [dos estudos do nacionalismo] divide a humanidade em nações separadas e distintas, alega que tais nações devem constituir estados soberanos, e afirma que os membros de uma nação alcançam a liberdade e a realização pelo cultivo da identidade peculiar de sua própria nação e afundando sua própria pessoa no todo maior da nação (KEDOURIE, 1961, p. 73).

Um pouco mais distante de esforços conceituais mais abstratos, como os dois acima expressos, elementos sociológicos também podem ser observados em análises de casos, como o faz Hugh Seton-Watson (1977, p. 218), ao notar que “as diversas comunidades imigrantes foram progressivamente integradas na nação americana, ao mesmo tempo em que modificaram a cultura americana e a identidade nacional, em si mesma”. Tal perspectiva, igualmente, encontra-se expressa em clássicos do campo, como é o caso de Ernest Gellner, que aponta para como

Em comunidades estáveis e independentes, a cultura é frequentemente invisível, mas quando a mobilidade e a comunicação livre de contexto se tornam a essência da vida social, a cultura na qual alguém foi ensinado a se comunicar torna-se o núcleo de sua identidade. (GELLNER, 1983, p. 61).

Mesmo em textos que, segundo a orientação teórica que dá sustentação à presente análise, conceitos são empregados de maneira superficial ou desadequada, podemos observar elementos sociológicos presentes, como é o caso da ideia de que

Nacionalidade e cultura são quase sinônimos. Isto porque ambos incluem um sentido de identidade social, uma língua, educação, religião, artes, ciências e assim por diante. Embora uma cultura possa ser cosmopolita, muitos dos seus atributos são nacionais. Para o nacionalismo, o lugar da cultura é vital (KELLAS, 1998, p. 83)

Não objetiva-se aqui, por hora, discutir o mérito de tais ideias – nos restringindo a indicar a sua existência na grande maioria dos textos analisados. Outro elemento digno de menção antes de seguirmos para a definição das demais perspectivas utilizadas para a

classificação dos textos é o de que, em diversos casos, um mesmo excerto acabou por se enquadrar em mais de uma perspectiva, como é o caso de “a construção da identidade nacional baseia-se na ênfase em uma história comum, e a história tem sempre a ver com recordação e memória” (DE CILLIA, REISIGL, WODAK, 1999, p. 154) – que aproxima as perspectivas sociológica e histórica. Ou, “fazer da mistura racial o garantidor da identidade cultural especial do Brasil, marca de nossa única ‘civilização tropicalista’” (VIANNA, 1999, p. 12), que se articula através das perspectivas sociológica e racial. Vistos alguns exemplos de uma abordagem sociológica da identidade nacional, cabe-nos agora explorar algumas das outras perspectivas observadas nesse estudo.

### 3.3. PERSPECTIVA HISTÓRICA

Como já apontado em capítulo anterior, a área disciplinar com maior recorrência nos textos foi a história, com mais de 20% do total. É curioso notar, nesse sentido, a existência de uma série de obras tratando sobre os processos de formação e transformação da identidade nacional no contexto de diferentes países, como: Colômbia (BUSHNELL, 1993); Geórgia (SUNY, 1988); Espanha (BOYD, 1997); Brasil (VIANNA, 1999); Jordânia (MASSAD, 2001); Rússia (BRANDENBERGER, 2001); Inglaterra (KUMAR, 2003); Estados Unidos da América (ZOLBERG, 2008); e Alemanha (APPLEGATE, 1990), apenas para citar alguns exemplos. Muitos deles, inclusive, o fazem sem recorrer a nenhuma discussão minimamente qualificada do conceito de *identidade*, evocando-o como um significante portador de um significado inerente. É como se, para alguns desses autores, *identidade* emergisse como um conceito auto evidente, independente de qualquer tipo de predicação.

Suny (1988) e Bushnell (1993) são bons exemplos desse processo. Em um trabalho de mais de 400 páginas que se propõe a discutir “a formação da nação georgiana”, Ronald Grigor Suny, soma apenas 9 menções aos termos “identity” e “identities”, de modo com que, discute o processo de formação dessa nação sem, necessariamente, endereçar o processo identitário nela implicado. No caso de David Bushnell, “a formação da Colômbia moderna”, entre os dois termos pesquisados, soma apenas 8 menções em suas mais de 350 páginas, sustentando a mesma questão encontrada no texto anterior. Visto isso, passamos à observação de alguns fragmentos nos quais podemos perceber a mobilização da identidade sob perspectiva histórica. Cabe notar, entretanto, que duas grandes tendências podem ser observadas nos excertos que foram identificados. A primeira se refere aos estudos de caráter

histórico propriamente dito, que dizem respeito aos processos históricos de construção e transformação das identidades. A segunda, por outro lado, não se refere à história, em si, mas àquilo percebido como a história de uma nação – se aproximando, em certa medida, de uma auto-narrativa mítica sustentada pelo grupo. Sendo, assim, em um certo sentido, uma perspectiva muito mais sociológica ou subjetiva do que, propriamente, histórica – em sentido estrito. Para fins didáticos, optamos por mencioná-la aqui, de modo a diferenciá-la das análises históricas em um sentido mais estrito.

A perspectiva histórica, em sentido estrito, encontrou-se expressa especialmente em fragmentos textuais que apontam sua importância de maneira direta, como é o caso de “outra razão apresentada para estudar história foi que ela fornecia a chave para a identidade nacional” (BOYD, 1997, p. 80). Ou, distintamente, naqueles voltados à contextualização e/ou discussão de casos específicos, como “O Sacro Império Romano e o Papado deram à cristandade a sua identidade, embora o primeiro não fosse uma formação imperial” (GIDDENS, 1985, p. 84). Ou, ainda,

Os judeus são o único povo, além dos chineses, que possuem uma identidade cultural ininterrupta há mais de três mil anos. Enquanto os chineses sofreram muitas invasões estrangeiras que sua cultura absorveu, os judeus não tiveram um território pátrio<sup>6</sup> por mais de 1.800 anos; mas no final desse período a sua própria diáspora foi dividida quando uma grande minoria dos judeus do mundo regressou à Palestina e criou o estado de Israel, e nele uma nova nação israelita (SETON-WATSON, 1977, p. 383).

Para os fins do presente estudo, porém, a forma que a menção à perspectiva histórica mais nos interessa é quando ela é evocada como uma narrativa que dá sustentação à identidade nacional. Isso está expresso, por exemplo, em Duncan Bell, para quem

A memória coletiva é, portanto, um fenômeno intersubjetivo experiencialmente formatado. Isso não quer dizer que a(s) nossa(s) compreensão(ões), conceituação(ões) ou representação (ões) compartilhada(s) de eventos passados, consideradas geralmente vitais na formação da identidade do grupo – o sentido em que a “memória coletiva” é geralmente empregada [...] –, não são importantes, mas não devem ser classificadas como verdadeiramente mnemônicos. Em vez disso, deveriam ser concebidos como míticos (BELL, 2003, p. 65).

---

<sup>6</sup> No texto original, o termo utilizado foi “homeland”. Dada a inexistência de uma tradução literal direta do mesmo – que engloba tanto aspectos territoriais, quanto sociais e afetivos – algo como *terra/lar*, optou-se por traduzi-lo como território ou terra pátria.

Em um movimento semelhante, Anna Triandafyllidou nota como a história das nações e, por extensão, das identidades nacionais se dá atravessada por alguns outros que a significam e contra os quais tenta se afirmar. Afinal,

A história de cada nação é marcada pela presença de outros significativos que influenciaram o desenvolvimento de sua identidade através de sua presença “ameaçadora”. A noção de um outro significativo se refere a outra nação ou grupo étnico que está territorialmente próximo, ou mesmo dentro, da comunidade nacional e ameaça, ou melhor, é percebido como ameaçando, a sua pureza étnica e/ou cultural e/ou sua independência. Embora, ao longo da história de uma nação, mais de uma nação ou grupo étnico torna-se um grupo externo saliente, nomeado outro significativo, contra o qual a nação procura afirmar-se e que, por sua vez, influencia sua identidade (TRIANDAFYLLIDOU, 1998, p. 600).

A acepção de história invocada por esses autores, assim, apesar de ser codificada segundo o mesmo termo não se refere, na prática, à mesma ideia que nos referimos como história em sentido estrito. A história de uma nação que os autores indicam busca dar conta de um processo significativamente mais enigmático: a forma através da qual uma nação narra-se a si mesma através do tempo. De modo com que, apesar de nomeada como histórica, refere-se muito mais às perspectivas sociológica, subjetiva e, no limite, política – se considerarmos as dinâmicas de poder implicadas nas narrativas que, ao longo do tempo, vem a se sobrepor sob dada nação. É interessante, finalmente, perceber como essa concepção de história nacional enquanto processo intersubjetivo também pode ser encontrada em alguns textos de matriz histórica em sentido estrito. O lugar desse outro significativo é discutido por Ladislav Holy, guiado por outros autores, no contexto da nação checa, pois

Durante o século dezenove em seu “renascimento nacional”, os checos construíram a sua identidade em consciente oposição aos alemães, com quem partilhavam o espaço geográfico, político e econômico dentro do Império Austro-Húngaro (HOLY, 1996, p. 5).

De modo com que, na prática, as duas concepções de história podem coexistir em um mesmo texto. Por hora, é pertinente apenas que a diferença entre essas duas concepções esteja explícita. Seguiremos, assim, para a discussão da próxima perspectiva.

### 3.4. PERSPECTIVA POLÍTICA

Enquadrou-se, nos parâmetros desse estudo, como perspectiva política as discussões de identidade nacional atreladas às dinâmicas de poder implicadas em sua construção e/ou transformação, de modo a compreender as forças mobilizadas com vistas a sustentá-la ou disputá-la. Um elemento interessante no caso da perspectiva política é que ela, quase que em todos os casos, encontrou-se atrelada a outras perspectivas analíticas, comumente a histórica e a sociológica. Ela se expressa, também, de uma série bastante distinta de formas discursivas. Partindo desde as teses mais explícitas, como a hipótese de que “se espera que uma forte identidade nacional aumente o envolvimento político” (HUDDY, KHATIB, 2009, p. 65), passando por discussões mais posicionadas, como a citação

[d]os esforços recentes do governo britânico para alterar o conteúdo do currículo de história de acordo com os seus “interesses nacionais”, mas também os esforços da França e da Alemanha para mudar as percepções anteriores de um sobre o outro (SMITH, 1992, p. 65).

Foi perceptível, assim, a prevalência de discussões sobre a política oficial de Estados, bem como, da atuação de atores políticos nessa perspectiva. Por vezes, de forma manifesta

A consciência da identidade nacional e o pertencimento a uma nação foram, de muitas outras formas, reforçadas pela política oficial. A Tchecoslováquia do pós-guerra declarou-se o estado comum de tchecos e eslovacos, oficialmente conceituadas como duas nações iguais. A federação de 1968 era uma federação de duas repúblicas criadas com base num princípio nacional. O parlamento – a Assembleia Federal – incluía tanto a Câmara do Povo como a Câmara das Nações, cujos deputados eram representantes não dos cidadãos, mas das suas respectivas nações (HOLY, 1996, p. 8).

Denotando, assim, a centralidade da política oficial na formação da identidade. Em outros texto, contudo, essa perspectiva é mobilizada no contexto de discussão de elementos específicos nos quais ela se manifesta, por exemplo:

A recontextualização e transformação de conceitos políticos específicos e narrativas de identidade que são expressas por políticos, ensinadas em sistemas educativos (por exemplo, por professores e em livros escolares), promovidas nos meios de comunicação de massa, etc., e que são expressas em situações e interações cotidianas (DE CILLIA, REISIGL, WÓDAK, 1999, p. 152).

No caso de alguns estudos, inclusive, há uma centralidade dos elementos políticos do Estado que, a partir do estabelecimento de educação pública universal, pôde cultivar “a

crença em uma história e identidade comuns, [e] a democratização dos sistemas políticos foi capaz de desestabilizar abertamente as forças sociais e políticas e de fortalecer os laços sentimentais com o Estado-nação” (BOYD, 1997, p. 67-68). Em um sentido mais difuso, tirando o enfoque do processo decisório central do Estado, Gabrielle Hecht nota como

Disputas sobre cultura são frequentemente políticas; os debates sobre a identidade nacional são, pelo menos em parte, sobre quem tem o poder não apenas de definir a identidade de uma nação, mas também de moldar a ordem sociopolítica nacional (HECHT, 2009, p. 14).

Indicando, assim, a condição de possibilidade de existência de outros atores politicamente implicados nesse processo. Cabe notar, por fim, que as dinâmicas políticas são inerentes ao próprio processo de formação/transformação das identidades nacionais o que não significa, porém, que elas sejam apresentadas de forma explícita nos textos analisados, como a amostra parece nos indicar. Passaremos, agora, à discussão da próxima perspectiva.

### 3.5. PERSPECTIVA DE GÊNERO

Em todos os textos, além da pesquisa pela palavra-chave *identidade* (*identity/identities*), foi realizada também uma busca por *gênero* (*gender*), de modo a entender se isso existia (ou não) como uma discussão relevante para os autores. Conforme já indicado, menos de 30% da amostra textual conta com autoria feminina o que, não surpreendentemente, se coaduna com os resultados obtidos em termos do seu processamento qualitativo. Na grande maioria dos casos, gênero não parece ser um elemento relevante para a discussão das identidades nacionais. O que não significa, por óbvio, sua total inexistência. Stuart Hall (1993, p. 356), Anthony Giddens (1985, p. 336) e Celia Applegate (1990, p. 86), por exemplo, até mencionam “gênero” como algo diferenciador no contexto da análise de identidade. Um exemplo explícito é Tim Edensor (2004, p. 112), que faz apenas uma menção a gênero em todo o seu texto, ao argumentar que “as identidades são assim fomentadas por rotinas massificadas que podem ser afetadas por classe, etnia e gênero, bem como pela nação”. Ele, como a grande maioria dos autores que mencionam tal perspectiva, não a discute qualitativamente, englobando quais seriam suas diferenças, como elas se manifestam e quais os seus efeitos – algo restrito a um pequeno número de textos.

Algumas exceções a isso são a análise de Ladislav Holy (1996, p. 64, 65, 175) sobre a formação da identidade nacional tcheca, que menciona alguns aspectos de gênero e os desenvolve, especialmente a partir do lugar da mãe. A questão do casamento se posiciona, nesse contexto, como um elemento recorrente (COLLEY, 2003, p. 238; CHAKRAVARTY, 1993, p. 115) sendo, inclusive, o centro da obra de Nancy F. Cott (2002). A masculinidade, por sua vez, também é evocada em se tratando de formação de identidades nacionais (HECHT, 2009, p. 37), sendo o elemento central do estudo de Michèle Cohen (1996). É

digno de nota que Colley, Chakravarty, Cott, Hecht e Cohen são mulheres, evidenciando como essa discussão emerge com uma frequência significativamente maior em estudos conduzidos por mulheres do que naqueles articulados a partir de lugares masculinos. É digno de nota, além disso, que debates associados a perspectivas mais críticas dos estudos de gênero ainda parecem muito incipientes na literatura analisada que, frequentemente, ainda parece associar gênero ao sexo biologicamente definido – apesar de já ter alguma abertura para a discussão dos processos sociais implicados em sua transformação.

Não é possível no caso da perspectiva de gênero argumentar, como nas anteriores, que ela possui diversas mobilizações significativamente distintas. Tal perspectiva aparece, basicamente, como um tema silenciado no contexto da amostra que analisamos – ressalvadas algumas poucas exceções, que exemplificamos acima. Em síntese, gênero, para tais autores, não parece ser um elemento relevante na discussão sobre a formação ou transformação das identidades nacionais. Visto isso, cabe-nos discutir a última perspectiva analisada.

### 3.6. PERSPECTIVA RACIAL

Igualmente ao caso de *gênero*, foram feitas buscas específicas pelo termo *raça/racial* (*race/racial*) visando mapeá-los nessa literatura. É curioso notar que, em termos absolutos, *raça* foi significativamente mais recorrente que *gênero* no corpus textual – o que não significa, nem de longe, que tenha sido endereçada tanto quanto deveria ou com a complexidade necessária. Uma explicação possível para isso pode ser a relação umbilical estabelecida entre estudo étnicos e nacionais no contexto acadêmico<sup>7</sup>, o que pode ter levado os autores a, mesmo que superficialmente, serem mais sensíveis a essa temática – essa hipótese, contudo, carece de uma análise mais aprofundada para ser sustentada. Uma série de estudos, como na caso de gênero, menciona a existência de diferenças raciais, sem aprofundá-las (BLANK, SCHMIDT, 2003, p. 292; HUDDY, KHATIB, 2007, p. 65; GIDDENS, 1985, p. 336; SUNY, 1988, p. 118; HOLY, 1996, p. 65; COTT, 2002, p. 4; DONNAN, WILSON, 1999, p. 12, 35, 57).

É pertinente notar, contudo, que discussões evocadas a partir dos termos *étnico* ou *etnicidade* não foram exploradas, optando-se por trabalhar apenas com aquelas diretamente evocadas pelos termos *raça* ou *racial*. Desse modo, é possível que existam outras elaborações para as quais não nos atentamos em virtude dos recortes metodológicos implementados nessa pesquisa. A partir das menções diretas, uma série bastante complexa e contraditória de ideias pode ser observada, desde observações generalizantes, como “a pesquisa sobre a identidade americana com membros de grupos étnicos ou raciais minoritários fornece evidências da

---

<sup>7</sup> “Não deixa de ser emblemático que a primeira revista acadêmica de RI se chamasse *Race and Development*, que surgiu em 1910 com o propósito de ‘discutir os problemas relacionados ao progresso das raças e dos Estados considerados atrasados nos seus padrões de civilização’ [...]. Segundo o editor Blakeslee [...], por meio da revista ‘os povos desenvolvidos poderiam ajudar efetivamente no progresso dos subdesenvolvidos’. Em 1919, seu nome foi alterado: *Journal of International Relations*; e, a partir de 1922, a revista ganhou o nome até hoje existente – *Foreign Affairs* –, mas continuou a publicar artigos sobre raça, embora não com tanta ênfase e tão abertamente quanto as suas predecessoras” (SILVA, 2021, p. 41).



natureza não ideológica da identidade americana” (HUDDY, KHATIB, 2007, p. 65). Até esforços diametralmente contrários, que reforçam a ideologização ao apontar como “a agressão imperial e o comércio de escravos podem ter servido, em certo nível, para tornar alguns britânicos brancos mais autoconscientes e arrogantes do ponto de vista racial” (COLLEY, 2003, p. xvi). Novamente, não por acaso, uma das análises mais elaboradas sobre a questão racial é proposta por Stuart Hall, o único autor negro da amostra, apontando que

Dado que a diversidade cultural é, cada vez mais, o destino do mundo moderno, e o absolutismo étnico uma característica regressiva da modernidade tardia, o maior perigo emerge agora sob as formas de identidade nacional e cultural – novas ou antigas – que tentam assegurar a sua identidade através da adoção de versões fechadas de cultura ou comunidade e pela recusa em se envolver – em nome de uma “minoridade branca oprimida” (sic) – com os difíceis problemas que surgem da tentativa de viver com a diferença. A capacidade de conviver com a diferença é, na minha opinião, a próxima questão do século XXI. (HALL, 1993, p. 361).

Essa discussão, em termos mais qualificados, contudo, não se limite a ele e pode ser também observada na obra de Hugh Seton-Watson, reconhecendo a relevância dessa questão, bem como, as respectivas limitações de sua obra,

Este livro não pretende incluir uma pesquisa abrangente sobre “relações raciais”. Preocupa-se com o efeito dos conflitos raciais na formação das nações; com a possibilidade de transformação de grupos raciais em nações, quer como fragmentos de uma nação maior existente, quer como novas nações; e com o surgimento, a partir de situações de conflito racial, de comunidades que não são nações, mas que permanecem associadas, ainda que desconfortavelmente, a estados comuns. (SETON-WATSON, 1977, p. 356).

Sucintamente, ainda há uma lacuna significativa em termos da abordagem racial. O número de menções da mesma no contexto da amostra textual não é insignificante, contudo a discussão é pouco (e mal) endereçada, reproduzindo – mais uma vez – o silenciamento ao qual Karine de Silva Souza (2021) dá voz. Vistas essas perspectivas mobilizadas na categorização desses textos, cabe-nos apresentar a última das seis categorias, que auxiliará na estruturação do próximo capítulo deste estudo

### 3.7. PERSPECTIVA SUBJETIVA

No caso da perspectiva subjetiva, o que se almeja apreender são discursos mobilizados considerando aspectos diretamente relacionados aos sujeitos nacionais. Não especificamente sobre identidades ou nacionalismos ao longo do tempo (caso da histórica), nem suas dinâmicas grupais ou culturais (caso da sociológica), tampouco as lógicas de poder implicadas em sua feitura (caso da política). Em um sentido mais radical, o que se quer

entender é como a identidade se apresenta relativa ao/s seu/s sujeito/s<sup>8</sup>. Há aqui, também, uma série bastante difusa de mobilizações de aspectos subjetivos no contexto de nosso objeto de estudo. Para Anne McClintock (1993, p. 61), por exemplo, “o nacionalismo torna-se, [...] radicalmente constitutivo das identidades das pessoas, através de disputas sociais que são frequentemente violentas e sempre generificadas”. A perspectiva de gênero no contexto desses estudos, contudo, não é a regra, mas a exceção – como já vimos em seção anterior.

De modo geral, os aspectos subjetivos se manifestam por meio de menções a dinâmicas de afetos e emoções atreladas à transformação das identidades nacionais ao longo do tempo. Stuart Hall, por exemplo, nota que

Algo desse mesmo medo da diferença e da diversidade pode ser visto, sob diferentes formas, em toda a “Nova Europa”, à medida que os povos mais heterogêneos remendam apressadamente uma nova identidade cultural unitária como escudo, não apenas contra os vizinhos com quem viveram pacificamente durante séculos, mas também contra muçulmanos, norte-africanos, turcos e outros migrantes atraídos para a Europa a partir das suas periferias (HALL, 1993, p. 357).

O “medo” como afeto que marca a relação com o “diferente” ou o “outro” pareceu-nos um dos principais elementos subjetivos evocados nesses estudos. Sean Carey, por exemplo – discutindo a questão das lealdades no contexto de países europeus frente ao fortalecimento da União Europeia –, conceitua a identidade nacional de três formas, quais sejam: “a intensidade dos sentimentos relacionados ao país, o nível de apego à nação em relação a outras entidades territoriais e o medo de que outras identidades e culturas invadam a cultura dominante da nação” (CAREY, 2002, p. 388). Definindo-as três, assim, em termos de aspectos subjetivamente estabelecidos. Outros autores seguem um caminho semelhante, ao definir “a identidade nacional como um sentimento subjetivo ou internalizado de pertencimento à nação” (HUDDY, KHATIB, 2007, p. 65). Ou, ainda, de maneira sintética “a identidade nacional expressa um sentimento de pertencimento que tem um valor relativo” (TRIANDAFYLLIDOU, 1998, p. 598).

Em termos de estudos empíricos, entrevistas realizadas com migrantes vivendo na Suécia em 1983 perceberam como discursivamente “sua resistência à naturalização era fortemente emocional, pois a naturalização implicava uma mudança tão grande na sua identidade nacional, tanto aos seus próprios olhos como aos olhos dos seus familiares, que não estavam dispostos a dar esse passo” (HAMMAR, 2016, p. 95).

Isso, contudo, não é um consenso, pois vozes dissidentes se articulam segundo ideias próximas às de Giddens, para quem

---

<sup>8</sup> A escolha pela formulação da primeira pessoa do singular e do plural no masculino é, nesse contexto, proposital. Dado que, conforme já apontado na subseção da perspectiva de gênero, o sujeito do nacionalismo é, ainda, definido a partir de sua masculinidade e individualidade, mesmo que implícita.

Embora eu deva argumentar que as dimensões psicológicas do nacionalismo são de fato importantes, as origens e o caráter da postulada necessidade da identidade permanecem demasiado vagos para que este tipo de teoria seja particularmente satisfatória. Tem pouco a dizer sobre a razão pela qual o nacionalismo deveria estar ligado aos Estados, ou sobre como pode relacionar-se com assimetrias de poder e, portanto, com a ideologia. Além disso, os sentimentos nacionalistas tendem a aumentar e a diminuir; eles não fazem parte da vida social cotidiana regular tanto quanto os símbolos ligados aos grupos menores que, segundo se afirma, satisfazem as mesmas necessidades psicológicas (GIDDENS, 1985, p. 215).

Noção essa que, ao indicar que “eles não fazem parte da vida social cotidiana” se posiciona diametralmente oposta à ideia de Michael Billig (1995), para quem a “a identidade nacional reside no ‘banal’, nas práticas, noções e materialidades cotidianas compartilhadas” (EDENSOR, 2004, p. 111). Essa divergência é, ao que tudo indica, insolúvel – pois se baseia em axiomas teóricos contrastantes. Para os fins dessa análise, a elaboração proposta por Billig e sustentada por Edensor no contexto dessa amostra nos parece mais pertinente, mas endereçamos essa questão de forma mais elaborada no próximo capítulo.

Em linhas gerais, a partir da amostra textual analisada, foram perceptíveis alguns elementos interessantes sobre a mobilização de perspectivas subjetivas no âmbito dos estudos do nacionalismo, quais sejam: a) há uma recorrência significativamente maior da mesma em textos de teor mais sociológico, sendo encontrada de forma muito mais reduzida nos históricos – apesar de algumas exceções; b) mesmo em havendo noções consideradas subjetivas, elas costumam ser pouco endereçadas em termos de discussões mais profundas, permanecendo, no geral, sub analisadas; e c) apesar de algumas linhas gerais mais recorrentes, não parece-nos haver nenhum consenso explícito sobre as mesmas na amostra explorada. Como já mencionado anteriormente, a partir de Machin (2020) e Stavrakakis (2007), o esforço central desta análise recai sobre os aspectos da re-construção da identidade nacional em nosso tempo, motivo pelo qual o nacionalismo em seu sentido banal parece um elemento pertinente para o enquadre dessa discussão. Essa subseção se destina somente a apontar alguns exemplos do que foi considerado como perspectiva subjetiva no decorrer da categorização, mas retornaremos a essa questão no próximo capítulo.

#### 4. A IDENTIDADE NACIONAL E (ALGUNS DE) SEUS OUTROS

Neste capítulo, almejo explorar alguns textos encontrados na amostra geral que dêem conta de aprofundar o debate acerca dos aspectos subjetivos da identidade nacional no contexto dos estudos de nacionalismo. Objetivo, assim, discorrer sobre algumas contribuições possíveis da psicanálise para o aprofundamento de tais debates, dada a sua mobilização frequentemente superficial, conforme já expresseo no capítulo anterior. Tendo em vista a afirmação de que,

nenhum dos teóricos [do nacionalismo] pode oferecer as ferramentas conceituais para apreender a natureza de seu domínio afetivo e suas implicações. A força e a resistência da nação e as paixões do nacionalismo são muitas vezes pressupostas, mas sub analisadas; como resultado, a nação é reificada e mistificada (MACHIN, 2020, p. 285, tradução nossa)

A discussão que parece existir no campo teórico, segundo a autora – e que também pode ser observada na análise do capítulo anterior – é um foco no processo de formulação histórica das bases do Estado-nacional ou de seus aspectos sociológicos mais gerais. Nesse mesmo caminho, Yannis Stavrakakis (2007, p. 189) indica que “mais ênfase é colocada na produção do nacionalismo sob condições históricas específicas do que em sua reprodução, ou seja, na notável continuidade que marca a identificação com as nações”. Não se pode apontar, porém, que *nada* é dito sobre aspectos de ordem subjetiva dado que a amostra, visto que em 61% dos casos, recorre a alguma elaboração sobre a temática. Mas, como já expresseo, não significa que sua elaboração se dê de forma qualificada. Ela existe, portanto, quase como um efeito colateral das demais discussões. Não é, propriamente, uma lacuna da literatura num sentido de vazio, mas num sentido de falta. Os debates acerca de aspectos subjetivos não inexistem, eles faltam a ser.

A partir dessa consideração é que a escolha dos textos da amostra que serão abordados nesta seção se deu. Objetiva-se, a partir deles, operar uma espécie de escansão. Isto é, marcar um corte. A estrutura do capítulo, assim, parte de uma breve discussão do enquadre teórico da identificação no contexto da psicanálise, bem como, de alguns esforços críticos pertinentes para a forma como enxergamos a identidade para os fins deste estudo. Os textos selecionados são, assim, direcionados a uma discussão terminológica da existência dos aspectos subjetivos em alguns dos principais autores dos estudos do nacionalismo passando, em seguida, para algumas considerações específicas sobre as obras de Walker Connor (1972;1978) e Anthony Smith (2009). Finalmente, algumas considerações são traçadas acerca

das limitações, tanto do escopo dessa análise, quanto dos limites encontrados na literatura utilizada para o processo de construção desse trabalho.

#### 4.1. POR UMA CRÍTICA PSICANALÍTICA DA IDENTIDADE

Para a psicanálise lacaniana, toda identificação é alienação. Afinal, “identificar-se é, *grosso modo*, ‘fazer como’, atuar a partir de tipos ideais que servem de modelo e de polo de orientação para modos de desejar, julgar e agir”. Ou seja, é justamente através do movimento de internalização de certos modelos ideais que as subjetividades são constituídas, enquanto processos sociais (SAFATLE, 2017, p. 22). De modo com que,

Internalizar um tipo ideal encarnado na figura de um outro significa *conformar-se* a partir de um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu. Se quisermos ser mais exatos, diremos que se trata de alienar-se, já que significa *ter sua essência fora de si, ter seu modo de desejar e de pensar moldado por um outro* (SAFATLE, 2017, p. 23)

Isto aponta para algo, aparentemente, contraditório. Toda socialização é alienação e, concomitantemente, é a introjeção de modelos sociais que cria as condições para a produção da subjetividade (ou “individuação”). As pessoas não emergem, assim, como indivíduos, mas como sujeitos. Não são unas, racionais, coerentes e idênticas a si mesmas, como postulado por toda uma corrente de pensamento que decorre de Descartes<sup>9</sup>. Não são, para Sigmund Freud, sequer “senhoras de sua própria morada” – dada a cisão estrutural que constitui a própria subjetividade humana a partir do inconsciente<sup>10</sup>. O termo *identidade* não é tão comumente mobilizado no contexto da psicanálise dada a postulação de que o sujeito não é idêntico a si mesmo – em função de sua cisão constitutiva. Porém, faz-se necessário

---

<sup>9</sup> A partir do esforço de “desfazer-[se] de todas as opiniões que até então aceitara em minha crença e começar tudo de novo desde os fundamentos” é que Descartes (2005, p. 29), supõe encontrar o cogito, o *eu penso*. Ao tentar se separar de tudo aquilo que ele acreditava, sem provas, ser “verdade”, ele propõe “a [si] mesmo como não tendo mãos, nem olhos, nem carne, nem sangue, como não tendo nenhum sentido, mas crendo falsamente ter todas essas coisas” (DESCARTES, 2005, p. 38). Ao abrir mão de todas as verdades, ele se descobre como aquele que maquina o processo de pensar. Descartes se depara, assim, com o paradigma de subjetividade que passa a dar corpo à figura do sujeito racional moderno.

<sup>10</sup> Para Freud (1996), “o narcisismo universal dos homens, o seu amor-próprio, sofreu até o presente três severos golpes por parte das pesquisas científicas”. O primeiro golpe seria o *cosmológico*, simbolizado pela imagem de Copérnico, marcando o momento em que a humanidade teve de se haver com não ser o seu planeta o centro do universo. O segundo foi o *biológico*, simbolizado pela imagem de Charles Darwin, marcando o momento em que a humanidade teve de se haver com não ser sua própria espécie excepcionalmente extraordinária em relação às demais que habitam esse planeta. O terceiro, finalmente, seria o *psicológico*, estando atrelado à célebre formulação de que o “eu não é senhor de sua própria casa” – que se expressa através de “duas descobertas — a de que a vida dos nossos instintos sexuais não pode ser inteiramente domada, e a de que os processos mentais são, em si, inconscientes, e só atingem o ego e se submetem ao seu controle por meio de percepções incompletas e de pouca confiança”.

reconhecer que a identidade não é simplesmente uma categoria à qual se adere, mas algo que se produz em um processo contínuo, em sua re-criação (MACHIN, 2020, p. 287). Amanda Machin, desse modo, estrutura uma análise do processo do nacionalismo visando a propor três contribuições possíveis da psicanálise para compreendê-lo: sua aparente *eternidade*, sua *força* e sua *ambivalência*.

Ela prossegue discutindo o processo no qual a nação aparece “sempre terminada”, em virtude do movimento da identificação que antecipa os objetos que ela mesma cria. Subsequentemente, mostra a relação profunda entre nacionalismo, desejo e prazer e, com isso, evidencia como essa relação se dá em um pêndulo entre o amor e a agressividade para com os objetos referidos (MACHIN, 2020, p. 286). Assim, a “nação é resultado de intervenção violenta nas vidas, mentes e linguagem de uma população” e, amparada em Billig (1995), evidencia como esse momento fundante é inconfesso, não reconhecido, não dito. O momento da violência primeira, a que estabelece a nação, é encoberto. Ele se torna “banal em vez de brutal”, se torna uma espécie de plano de fundo *normal* de nossas vidas, é algo que está ali, mas sem o devido investimento (BILLIG, 1995 apud MACHIN, 2020, p. 287-8). O momento fundante da nação, dessa forma, não é simplesmente apagado ou esquecido, mas é lembrado em função do que se enquadra nos modelos identitário (que mediam a relação dos sujeitos com o mundo) vigentes na atualidade. Ele é lembrado como “história familiar”, se quisermos nos aproximar de Benedict Anderson (MACHIN, 2020, p. 287-8; ANDERSON, 1991, p. 199-201).

Por outros caminhos, Marilena Chauí (2021, p. 98) argumenta que “o nacionalismo converte uma prática histórica numa substância imortal. Num ídolo, muitas vezes com apetite sangrento”. Este ídolo, por sua vez, ocupa um lugar central na organização da identidade nacional, sobrepondo-se à real história que ele encobre. Nesta operação, o momento fundador deixa de ser reconhecido – em virtude da sua violência – sendo substituído em seu lugar por um passado muito mais longínquo, que antecede as próprias origens da sociedade. O marco fundacional da Nação, portanto, não é realmente esquecido, mas lembrado a partir da forma mais conveniente para a sua re-elaboração no presente (MACHIN, 2020, p. 287). Assim,

O mito cristaliza-se em crenças que são interiorizadas de tal maneira que não são percebidas como crenças e sim tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Ou seja, o mito substitui a realidade pela crença e torna invisível a realidade existente (CHAUÍ, 2021, p. 38)

Os mitos fundacionais, frequentemente apontados como o cerne de identidades nacionais, nesse contexto, passam a ser introjetados como verdades. Eles são alçados, nesse movimento não a um lugar de explicação da realidade, mas à própria realidade. Historicamente, não por acaso, os estudos de caráter nacional, por exemplo, se autorizaram a discutir quais eram as características inerentes de grupos populacionais inteiros a partir de amostras reduzidas e contingentes (MARSON, 1971; NEIBURG, GOLDMAN, 1998; ZOLBERG, 2008, p. 207-208). No caso brasileiro, por exemplo, Dante Moreira Leite (2017, p. 173) se ocupa precisamente de discutir os diferentes esforços de definir quais seriam as características do povo brasileiro. Para, ao fim de sua análise, evidenciar “se não o erro, ao menos a precariedade das teorias de caráter nacional”, passando a classificá-las “como ideologias, e não como teorias científicas”.

Sucintamente, portanto, a presente análise se estrutura a partir de uma série de ideias que relativiza profundamente a identidade como expressão de uma *essência* dos seres dela portadores. Sujeitos não *são* suas identidades. Elas, por outro lado, constituem regimes discursivos e performativos que passam a mediar a relação de sujeitos com os outros e o mundo – e é a partir disso que discutiremos os textos elencados na seção seguinte.

#### 4.2. ANÁLISE DOS TEXTOS SELECIONADOS

Apesar da série de críticas que realizamos quanto à (in)existência de uma série de discussões no contexto de enquadramento das seis perspectivas no capítulo anterior, isso não significa que todos os textos incorrem nesse tipo de problema. Alguns deles, inclusive, apresentam ideias interessantes para a compreensão dos processos de formação e transformação das identidades nacionais. Nessa seção objetivamos apresentar alguns elementos interessantes pinçados de alguns desses textos. Para, em seguida, endereçar discussões específicas que, à luz dessa revisão e do aporte teórico expresso na seção anterior, nos parecem pertinentes para complexificar a discussão de aspectos de ordem subjetiva atrelados à *identidade nacional*. A sua suposta unidade, por exemplo, é relativizada no movimento em que se aponta que

não existe uma identidade nacional única num sentido essencializante, mas antes diferentes identidades são discursivamente construídas de acordo com o contexto, isto é, de acordo com o campo social, o cenário situacional do ato discursivo e o tema em discussão. Em outras palavras, as identidades nacionais não são completamente consistentes, estáveis e imutáveis. Devem, pelo contrário, ser entendidas como dinâmicas, frágeis, “vulneráveis” e muitas vezes incoerentes (DE CILLIA, REISIGL, WODAK, 1999, p. 154).

Não somente as identidades carecem de consistência, como o próprio processo de nomeação, dado que “alguns estados são corretamente chamados de ‘estados-nação’, no sentido de que o estado é composto exclusivamente por uma nação étnica ou por uma nação social. A maioria dos estados, no entanto, são multiétnicos e multinacionais” (KELLAS, 1998, p. 66) – ideia originalmente expressa por Charles Tilly (1996). Sem mencionar, ainda, as confusões comumente estabelecidas entre os conceitos de Estado e nação, conforme já expresso por Walker Connor (1972; 1978). É interessante, nesse contexto, a síntese, em termos de tempo, de Gabrielle Hecht, para quem

As discussões sobre identidade nacional normalmente remetem ao passado. Mas, em última análise, o discurso da identidade nacional não é sobre o passado em si, nem mesmo sobre o presente. Em vez disso, é sobre o futuro. O discurso da identidade nacional constrói uma ponte entre um passado mitologizado e um futuro cobiçado. (HECHT, 2009, p. 12)

As subseções a seguir, com isso, se destinam à discussão de alguns elementos que consideramos relevantes para o seguimento do processo de elaboração do conceito de identidade nacional no contexto dos estudos analisados. Eles englobam, sucintamente: a) a confusão atrelada a alguns conceitos básicos dessa discussão; b) o processo de (re)elaboração teórica necessário para apreender a complexidade do conceito de identidade no âmbito desses estudos; e c) articulações possíveis a partir da psicanálise para demarcar os limites da identidade enquanto elemento organizativo do nacionalismo. Passemos a eles.

#### **4.2.1. Definições, definições e definições**

Nesta subseção pretendo, de forma bastante sintética, discutir a forma como a identidade nacional aparece na obra de alguns dos principais autores da amostra. Consideramos, como critério para sua seleção, a recorrência de menções à sua obra em textos de outros autores, de modo a selecionar aqueles que são, com maior frequência, convocados à discussão. Mencionaremos a seguir, desse modo, alguns aspectos de: Ernest Renan, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Anthony Smith. Um dos trabalhos seminais para a discussão de nação nos termos em que a concebemos hoje é o de Ernest Renan. Já em 1882, ele articula seu raciocínio entendendo-a como um “referendo diário” A nação não seria, assim, “fruto da raça, da religião, da língua, da geografia, nem das necessidades militares. Ela seria procedente, isto sim, de uma vontade comum no presente, de esquecimento da violência originária de todas as nações e da valorização de uma glória comum, herança do passado (MORENO, 2014, p. 13-14). Nesse movimento, a nação é alçada ao lugar de uma espécie de “princípio espiritual”, posicionando a identidade como um elemento mediador de sustentação



dessa vontade comum. Isto é, ela seria fruto dos processos coletivos de memória e esquecimento operados para constituição do discurso nacional.

A posição de Ernest Gellner (1983) é, talvez, uma das mais mobilizadas – em termos históricos – na disciplina. Para ele, de forma muito sintética, a nação emerge enquanto um projeto das elites. A criação da educação pública aliada ao uso de um sistema de comunicação de massa são os principais fatores que irão levar à homogeneização – tanto de padrões linguísticos, quanto culturais. É pertinente, assim, como a educação vai se delinear como uma variável identitária relevante para esse autor, afinal: “A educação de um homem é de longe o seu investimento mais precioso e, na verdade, confere-lhe a sua identidade. O homem moderno não é leal a um monarca, a uma terra ou a uma fé, independentemente do que diga, mas a uma cultura” (GELLNER, 1983, p. 36). E segue argumentando que

Na maioria das microcomunidades fechadas da era agrária, os limites da cultura eram os limites do mundo, e a própria cultura muitas vezes permanecia despercebida, invisível: ninguém pensava nela como a fronteira política ideal. Agora, com a mobilidade, tornou-se visível e é o limite da mobilidade do indivíduo, circunscrevendo o leque recentemente alargado da sua empregabilidade; e assim se torna a fronteira política natural. Dizer isto não significa reduzir o nacionalismo a uma mera ansiedade quanto às perspectivas de mobilidade social. Os homens amam realmente a sua cultura, porque agora percebem a atmosfera cultural (em vez de considerá-la um dado adquirido) e *sabem que não podem realmente respirar ou realizar a sua identidade fora dela* (GELLNER, 1983, p. 111, grifo nosso).

É notável, aqui, a menção ao fato de que os homens [sic] “não podem realmente *respirar*”, indicando uma necessidade vital, nem tampouco, “*realizar* a sua identidade”, indicando que sua identidade não pode ter uma existência concreta para além dos limites culturais. De modo com que, apesar da baixa recorrência de menções à palavra “identidade”, ela parece ter uma relevância significativa já em Gellner. Eric Hobsbawm, por sua vez, entende a relevância das elites no processo de construção das identidades nacionais, mas associa-os à discussão sobre fenômenos “de baixo”, oriundos das outras classes. De modo a, com isso, passar a discuti-los em termos de

fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (HOBBSAWM, 1991, p.20)

Para ele, portanto, as nações não precedem os Estados, mas são por eles formadas. Dando, não obstante, uma centralidade muito significativa em sua obra para a maquinaria do Estado moderno nesse processo. As escolas, novamente, seriam evocadas como mecanismos

prioritários de difusão da imagem da nação (HOBSBAWM, 1990, p. 112). Somente em Benedict Anderson, porém, é que se delineou a consideração do nacionalismo como resultado do cruzamento de diferentes forças históricas – distanciando-se da leitura totalizante do mesmo como “objeto de uma manipulação vinda de um centro controlador” (MORENO, 2014, p. 17). Para Anderson, “ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32). Posicionando a identidade, junto com a nação, no lugar de uma representação imaginária daquilo que se supõe como fundamental à comunidade. É notável, assim, que para a criação das condições para a emergência de tais comunidades, foi necessário o declínio de três concepções culturais fundamentais:

A primeira delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável dessa verdade. [...] A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte de outros seres humanos, que governam por uma espécie de graça cosmológica (divina). [...] A terceira é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. Juntas, essas ideias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas. (ANDERSON, 2008, p. 69).

Em termos operacionais, assim, foi “a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana que criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna (ANDERSON, 2008, p. 82). Cabe notar, ainda, que a questão da temporalidade paradoxal desse fenômeno também já esteve marcada por Anderson (2008, p. 38-39), ao argumentar que “admite-se normalmente que os estados nacionais são ‘novos’ e ‘históricos’, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, seguem rumo a um futuro ilimitado”. Anthony Smith (1992; 2009), diferentemente dos demais, tende a insistir um pouco mais nas origens pré-modernas desse fenômeno, não entendendo-o como uma invenção puramente moderna. Para ele, desse modo, o mérito do nacionalismo não seria tanto a criação de algo novo, mas a “recombinação inédita de elementos já existentes” – expressando-se, na prática, como “um fenômeno cultural que ganha uso político e ideológico” (MORENO, 2014, p. 19). Em outros aspectos de sua discussão, porém, ele não se distancia tanto dos demais autores mencionados, pois

Ele reconhece que as nações modernas, com cidadãos massificados, só puderam emergir na era do industrialismo e da democracia. A linguagem e o simbolismo nacionalistas começam como um fenômeno de elite, no qual os intelectuais desempenham um papel preponderante. Um vigoroso programa de socialização política, realizado através dos sistemas de comunicação e de educação pública de massas foi essencial para o Estado configurar a nação moderna em conjunto com (e no contexto de) outros processos (MORENO, 2014, p. 19-20)

Apesar de algumas descontinuidades, os termos gerais do contexto de surgimento da nação e da identidade nacional não parecem ser fruto de grande divergência – ao menos no âmbito dos autores considerados mais relevantes. Pensando nisso, a subseção seguinte se propõe a relativizar e fraturar um pouco essa perspectiva mais ou menos coerente, com o intuito de, em seguida, problematizar a definição de identidade nacional proposta e, mais tarde, reelaborada por Anthony Smith (2009).

#### **4.2.2. O que é, afinal, uma nação?**

Uma das maiores problemáticas que emergiu no decorrer desse estudo é a dificuldade de estabelecer uma definição mais ou menos coerente dos termos nos quais o debate deveria se dar. Essa subseção, portanto, se utilizará de dois textos de Walker Connor (1972; 1978), componentes da amostra, para endereçar essa questão. Como já mencionado anteriormente, a polissemia de *identidade nacional* foi um dos principais elementos propulsores desta análise. Não podemos, contudo, utilizar o seu reconhecimento como salvo-conduto para a mobilização desse conceito sem nenhum cuidado semântico. É pertinente notar, assim, que “pode parecer excêntrico começar com a questão muitas vezes insignificante da semântica. É muito duvidoso, porém, que qualquer disciplina tenha sido mais afetada pela utilização indevida dos seus termos-chave do que as relações nacionais” (CONNOR, 1972, p. 332). Sistema internacional, anarquia, soberania, (...), por exemplo, são significantes que, com frequência, são mobilizados como notoriamente definidos. Eles, para muitos autores, prescindem de definição. O que discutimos no capítulo anterior parece apontar para um fenômeno semelhante no caso do conceito de *identidade nacional* – sendo reiteradamente mobilizado, mas não discutido.

Consideremos primeiro o conceito de Estado e a forma como é habitualmente tratado como sinônimo do conceito muito diferente de nação. A Liga das Nações, as Nações Unidas e, de fato, a expressão *relações internacionais* são apenas algumas das muitas ilustrações disponíveis do fato de estadistas e acadêmicos estarem inclinados ao uso indiscriminado dos dois conceitos. (CONNOR, 1972, p. 333)

A mobilização da ideia de Estado-nação, para Connor, por exemplo, seria sintomática dessa confusão, dado que menos de 10% de todos os Estados – ou, talvez somente a base social destes – poderiam se qualificar como essencialmente homogêneos e, portanto, nacionais. O uso equivocado de tais conceitos, para ele, não se limitou aos atores políticos que passaram a nomear instituições interestatais como internacionais, pautando os termos de base de todo o sistema internacional como o conhecemos, ressoando também na academia. Tendo “impedido especialmente a compreensão do nacionalismo”, dado que “a lealdade à nação tem sido frequentemente confundida com a lealdade ao Estado” (CONNOR, 1972, p. 334). Algo que ele nota em termos da literatura de “construção da nação” (*nation-building*), afinal,

Dado que a maioria dos Estados menos desenvolvidos contém um certo número de nações, e uma vez que a transferência da lealdade primária destas nações para o Estado é geralmente considerada a condição *sine qua non* para uma integração bem sucedida, o verdadeiro objetivo não é a “construção da nação”, mas a “destruição da nação” (CONNOR, 1972, p. 336)

Assim, “contrariamente à sua nomenclatura, a escola da ‘construção da nação’ tem-se dedicado, de fato, à construção de Estados viáveis”. Algo que, dada a sua leitura emaranhada, fez com que acadêmicos fossem “pré programados” a assumir que o nacionalismo estivesse a serviço do Estado, de modo a supor que os novos Estados na África e Ásia passariam a ser naturalmente seu foco de lealdade política (CONNOR, 1978, p. 383). O que, ao que tudo indica, não parece ser o caso. Cabe notar, ainda, que

Definir e conceituar a nação é muito difícil porque a essência de uma nação é intangível. Esta essência é um vínculo psicológico que une um povo e o diferencia, na convicção subconsciente dos seus membros, de todas as outras pessoas de uma forma muito vital. A natureza desse vínculo e a sua fonte permanecem obscuras e elusivas, e a consequente dificuldade de definir a nação é geralmente reconhecida por aqueles que tentam esta tarefa (CONNOR, 1978, p. 379).

Ignora-se, com frequência, que o que importa não é *o que é*, mas *o que as pessoas acreditam que é* a nação. De modo com que, “quando alguém afirma que é chinês, se identifica não apenas com o povo e a cultura chinesas de hoje, mas com o povo chinês e suas atividades ao longo do tempo”. Quase como se houvesse, nesse movimento identificatório, uma presunção não declarada de um “Adão e Eva” chineses (ou, de qualquer outra nação), dos quais a nação evoluiu de forma quase inalterada desde então – motivo pelo qual, reiteradamente na literatura científica dos séculos XIX até o início do XX, raça tenha sido empregada como um sinônimo de nação (CONNOR, 1978, p. 380). Em termos de síntese, portanto, ele argumenta que

O número de Estados é preponderantemente multiétnico. A consciência étnica tem definitivamente aumentado, e não diminuído, nos últimos anos. Nenhuma classificação específica de Estados multiétnicos se revelou imune ao impacto fissiparo da etnicidade: autoritário e democrático; federativo e unitário; Os estados asiáticos, africanos, americanos e europeus foram todos afetados. A forma de governo e a geografia claramente não foram determinantes. Nem o nível de desenvolvimento econômico. (CONNOR, 1972, p. 332).

Apesar de os efeitos do último terem, em alguma medida, se relacionado com variações na tensão étnica e, por extensão, a exigências separatistas em alguns casos. Walker Connor não argumenta, contudo, que o Estado-nação inexistente. Onde Estado e nação coincidem, a manutenção da distinção entre os conceitos poderia ser considerada meramente uma posição de “puristas linguísticos” ou “críticos semânticos” – isto é, sua utilização de forma intercambiável não teria grandes efeitos, dada sua indistinguibilidade na percepção popular (CONNOR, 1978, p. 382). O problema, para ele, é que os Estado-nação são a exceção. E a existência de uma consciência nacional única não pode ser deduzida da aparente ausência de um conflito étnico aberto (CONNOR, 1972, p. 348). Seguindo Ernest Baker, portanto, Connor reconhece que as nações são uma invenção do século XIX. Quer dizer, as nações já estavam lá antes disso, mas foi apenas a partir desse momento histórico que foram apreendidas como uma ideia. A partir disso, tornando-se distinguíveis, passaram a ser capazes de articular engajamentos emocionais e, no limite, ações (CONNOR, 1978, p. 388).

Para o autor, portanto, é a auto-percepção de um grupo que deveria se articular como o centro da discussão das nações – e, por extensão, das identidades nacionais – e não suas características tangíveis (investidas de cargas simbólicas no esforço de diferenciação de seus “outros”). No limite, e forçando o argumento, o que precisa ser melhor discutido no âmbito dessa literatura não são religiões, línguas, status econômicos ou outras manifestações culturais tangíveis, mas as formas através das quais tais elementos são investidos simbolicamente como representativos de uma construção imaginária de mundo por grupos (CONNOR, 1972, p. 337-338). Conforme já apontado no capítulo anterior, há menções a questões de ordem subjetiva nesses estudos. Contudo, elas emergem como um *efeito colateral* – e não o elemento fundamental de sustentação intersubjetiva do nacionalismo. Os autores, ao que parece, estruturam suas discussões sem reconhecer os Estados são ficções jurídicas (SOUZA, 2021, p. ), ao passo em que nações são comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), de modo com que, se nos engajarmos em um psicologismo radical, a única coisa que realmente existe, para os sujeitos, é aquilo que inventam – de forma

imaginária e projetiva – sobre o mundo no qual estão inseridos. Voltaremos a isso na conclusão desse estudo.

#### **4.2.3. Estado, nação e identidade em Anthony Smith**

É interessante notar como essa indefinição (ou aparente confusão) passa a afetar basicamente toda a literatura, dado que os conceitos de Estado, nação e identidade nacional costumam estar umbilicalmente atrelados, de modo com que quaisquer modificações em um acabam tendo efeitos sobre os demais. No capítulo anterior, por meio da discussão de diferentes perspectivas de apreensão do conceito de identidade nacional, já indicamos alguns elementos nesse sentido. Nessa subseção, tentaremos endereçar como a problemática da definição da identidade ressoa no caso de Anthony Smith (2009) que, pelos indícios desse estudo, parece ser um dos autores mais influentes nos estudos de nacionalismo. Ele não somente foi o autor com maior recorrência de menções nos demais textos componentes da amostra, como também, é a pessoa com mais participações nela (7, no total). Dadas as limitações da presente análise, não nos cabe apresentar a história de todo o pensamento de Smith. Nos limitaremos, assim, a começar pelos seus críticos, de modo a apresentar o modo através do qual seu conceito de identidade mudou ao longo do tempo.

Um dos elementos primordiais para o entendimento das contribuições de Anthony Smith decorre de sua posição ímpar frente a duas grandes correntes de pensamento no campo do nacionalismo. As teorias modernistas (representadas por Hobsbawm, Gellner e Anderson), por um lado, defendem a “natureza recente, inventada e construída das nações e do nacionalismo”, em oposição àqueles que sustentam uma ênfase na permanência das nações ao longo da história, chamados perenialistas (grupo no qual se enquadram Van Den Berghe, Geertz e Armstrong). Smith, nesse sentido, reconhece – junto aos modernistas – que o nacionalismo é um fenômeno recente, contudo, também entende a existência de grupos étnicos que precedem a forma do Estado-nacional moderno – se aproximando de alguns argumentos perenialistas –, a partir do que ele chama de etno-simbolismo. O que ele observa, nesse movimento, é a existência de uma ancestralidade compartilhada em mitos, histórias e formações culturais, com frequência atreladas a algum tipo de senso de solidariedade e vinculação territorial (GUIBERNAU, 2004, p. 125-126).

O que Montserrat Guibernau nota em uma leitura atenta de Smith é uma mudança bastante significativa em termos conceituais. Em sua definição clássica de nação, de 1991, ele a entendia como “uma população humana nomeada que partilha um território histórico, mitos

e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massa, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns para todos os membros” (SMITH, 1991, p. 14 *apud* GUIBERNAU, 2004, p. 127). Pouco mais de 10 anos depois, em 2002, ele se volta novamente sobre esse conceito, destacando-o como um “tipo ideal”, e oferecendo-o a seguinte definição: “uma comunidade nomeada que possui um território histórico, mitos e memórias partilhadas, uma cultura pública comum e leis e costumes comuns” (SMITH, 2002, p. 15 *apud* GUIBERNAU, 2004, p. 217). É notável, nesse sentido, a eliminação da “economia comum”, da “cultura pública de massa” e da transformação de “direitos e deveres legais” em “leis e costumes”. Em linhas gerais, a nova definição representa alguns avanços relevantes, apesar de ainda carregar algumas “falhas” (GUIBERNAU, 2004, p. 217-230).

O principal problema indicado por Montserrat Guibernau, contudo, não se refere exatamente à definição de nação, mas à de identidade que “permaneceu intocada desde a sua formulação inicial em 1991”. Identidade nacional na obra de Smith – no momento de publicação da crítica ora discutida – ainda envolvia cidadania, nos termos de “direitos e deveres legais comuns para todos os membros”. O que, para a autora, representaria duas inconsistências significativas: a) a necessidade de “uma cultura pública de massa” implicaria que esse fenômeno não poderia ser encontrada em tempos pré-modernos, quando os sentimentos nacionais estavam restritos a uma “elite educada”; e b) a questão da “cidadania”, igualmente, está atrelada a uma conformação de Estado-nacional moderno, apagando tanto a existência de nações sem Estado (GUIBERNAU, 2004, p. 131-132), quanto de nações como a catalã, quebequense, flamenca ou basca, que subsistem regionalmente (GUIBERNAU, 2004, p. 133). Ela, portanto, apresenta-se diferenciada de Anthony Smith por desvendar “uma falha fundamental” em sua teoria – isto é, “seu fracasso em oferecer uma distinção clara entre os conceitos de nação e Estado” (GUIBERNAU, 2004, p. 141).

A identidade nacional, para Guibernau (2004, p. 135), “reflete o sentimento de pertencimento à nação, independente de ela ter ou não um Estado próprio”. Sendo que, em sua opinião, o mais importante não se refere à discussão sobre o quão subjetivamente é definida a identidade, mas se ela é *sentida* como real por aqueles que a partilham. O que importa, assim, não é a “história cronológica ou factual” de um grupo, mas sua “história senciante ou sentida” – operando, na prática, uma crítica a Smith a partir de Connor. Em seu livro *Etno-simbolismo e nacionalismo: uma abordagem cultural*, de 2009, Anthony Smith se ocupa de responder às críticas de Guibernau e reposicionar sua definição de identidade nacional. Nos ocuparemos, agora, dessa discussão.

#### 4.2.4. Sobre conceitos, definições e historicidade

Smith passa uma parcela significativa da referida obra marcando uma série de posições relevantes em termos da discussão que pretende endereçar.

Dadas as contínuas e graves dificuldades conceituais levantadas por termos como “nação”, “identidade nacional” e “nacionalismo”, é tentador tratar as nações como puramente “formações discursivas”, criadas e manipuladas pelos Estados e pelas suas elites. Mas isto evita o problema da “paixão”: a forte devoção e o apego apaixonado sentido por tantas pessoas pelas “suas” nações. As pessoas não dão a vida por uma formação discursiva. Tal como “a nação” é sentida, desejada e posta em prática, bem como imaginada, muitos dos membros das nações de hoje sentem que os seus próprios interesses, necessidades e bem-estar estão ligados ao bem-estar e ao destino da “sua” nação. (SMITH, 2009, 13-14)

Reconhece, assim, que apesar do papel das instituições políticas no processo de forja das nações, recursos etno-culturais são necessários para a sustentação de seus aspectos subjetivos – motivo pelo qual não poderiam ser lidas tão somente como projetos de suas elites. O nome conferido a uma população também é destacado como um elemento relevante dado que é a partir dele que a unidade do grupo pode passar a ser reconhecida e sustentada por seus membros. Os espaços habitados por essas comunidades, com o tempo, passam a constituir uma “paisagem étnica”, ressignificada através das gerações de modo a criar uma espécie de simbiose entre um dado povo e sua pátria (SMITH, 2009, p. 21, 46, 49-50). Com isso em vista, indica que

O nacionalismo pode ser definido como um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade em nome de uma população, cujos membros acreditam que ela constitua uma “nação” real ou potencial. O nacionalismo não é simplesmente um sentimento ou consciência partilhada, nem deve ser equiparado à “ascensão das nações”. É um movimento ativo inspirado em uma ideologia e simbolismo da nação (SMITH, 2009, p. 61).

Já, nesse momento, se posiciona contrariamente àquilo que sustentam Connor e Guibernau, ao conceituar o nacionalismo precisamente como um sentimento ou consciência partilhada. Para Smith, o nacionalismo é, eminentemente, um *movimento ativo*. Ele não se opõe, na prática, às críticas recebida, inclusive reforça sua pertinência,

Se aceitássemos a dicotomia de Connor, isso excluiria a possibilidade de qualquer referência ao Estado na nossa definição de nação; e esse também parece ser o impulso da crítica de Montserrat Guibernau, dirigida especificamente contra a minha definição anterior do conceito de nação, que



incluía uma referência a “direitos e deveres comuns”. Ela afirma, com razão, que essa definição foi incapaz de estabelecer uma distinção clara entre os conceitos de nação e de Estado e, portanto, de abranger “nações sem Estados”; e ela parece aprovar a definição de nação de Connor como um grupo de pessoas que sentem que estão ancestralmente relacionadas, embora em outro lugar ela forneça uma definição mais extensa que inclui dimensões “objetivas”, como território e cultura comum. Mas depois, quando prossegue a discussão da minha definição anterior do conceito de identidade nacional, Guibernau procura reunir os dois conceitos de “Estado” e “nação”, embora apenas em relação aos modernos “Estados-nação” que, segundo ela argumenta, muitas vezes prosseguem políticas de homogeneização cultural (SMITH, 2009, p. 109).

Prossegue, em seguida, com o oferecimento de uma nova definição, posicionando

identidade nacional como a reprodução e reinterpretação contínua do padrão de valores, símbolos, memórias, mitos e tradições que compõem o patrimônio distintivo das nações, e a identificação dos indivíduos com esse patrimônio e os seus elementos culturais – uma definição que não se refere ao estado nacional moderno (SMITH, 2009, p. 109).

O que ele destaca em seguida, porém, é que a nação precisa ser entendida como um *tipo ideal* utilizado para representar uma forma específica de comunidade histórica da qual algumas manifestações se aproximam sem, na prática, jamais se equiparar. Tanto a nação, quanto a identidade nacional, assim, não se referem a “essências”, mas a formas de compreensão e/ou organização da realidade. De modo com que, ao traçar o desenvolvimento de formas históricas variáveis reais, “podemos demonstrar o quão próxima ou distante do tipo ideal de nação uma determinada instância concreta pode estar” (SMITH, 2009, p. 110). Assim, o conceito moderno de identidade nacional – bem como o de nação, comunidade nacional ou identidade étnica –, por mais vago e abrangente que seja, não pode ser dispensado enquanto objeto de análise e o mesmo se estende aos ideais de autenticidade e diferenciação que ele supõe representar. Isso se justifica pelo lugar de “preocupação vital” ao qual a busca pela identidade nacional foi alçada não somente por elites estatais e ideólogos nacionais, mas também pelos membros dessas comunidades que encontram-se embrenhados nessa construção (SMITH, 2009, p. 123).

Para Smith (2009, p. 124), portanto, “o conceito de ‘identidade’ (nacional, étnica) é significativo, mas subordinado; sua importância deriva da constituição de uma síntese da diferença, distinção e individualidade sentidas por uma comunidade” podendo ser, inclusive, intercambiável com outros tipos de identidade, como a religiosa ou de classe. Cabe-nos, assim, não dispensar o uso de tais conceitos. Mas, ao mobilizá-los, especificar as cadeias que sustentam os seus sentidos em seus respectivos contextos históricos, de modo a demonstrar a sua utilidade para a compreensão de contextos específicos.

#### 4.2.5. De volta para o passado-presente-futuro

Vistas as posições acima, cabe-nos discutir brevemente as ideias que ensejaram o ponto de partida dessa análise e que, agora, podem nos oferecer um caminho de fechamento desse debate. Amanda Machin sugere que um

Quadro psicanalítico pode ajudar-nos a compreender três aspectos do nacionalismo: a sua aparente *eternidade*, a sua *força* e a sua *ambivalência*. [...]. Sugere, em primeiro lugar, que as nações aparecem “sempre já” devido à forma como a identificação antecipa os próprios objetos que constrói; identificamo-nos com uma imagem de nós mesmos que parece preexistir à identificação que a produz. Em segundo lugar, considera como o nacionalismo está ligado ao desejo e ao prazer; a psicanálise traz à tona a força e a “aderência” da identificação nacional [...]. No entanto, embora a identificação nacional permita a um indivíduo localizar-se como parte de um colectivo, envolve sempre um laço emocional ambíguo que incorpora tanto o amor como a agressão. [...]. Em terceiro lugar, então, o capítulo adverte que a nação imaginária que é “nossa” nunca pode ser exatamente “nós” e é, em última análise, perturbadora e alienante; ‘nós’ estamos sempre ameaçados pela desapropriação. Isto significa que a fantasia nacionalista está sempre propensa a construir um bode expiatório ou traidor nacional que seja alvo de hostilidade e culpa. Uma consideração psicanalítica chama, assim, a nossa atenção para o lado negro do nacionalismo que é sempre capaz de romper a própria unidade que oferece. E, no entanto, ao mesmo tempo, não se deve esquecer que a possibilidade da sua ruptura indica o potencial para a sua reinvenção. (MACHIN, 2021, p. 286)

Seu ponto de partida é o reconhecimento de que a força e a resiliência das paixões nacionalistas são, frequentemente, pressupostas, mas subanalisadas. Muitos autores operam uma *reificação* da nação ao supor a noção de uma necessidade essencial humana de “pertencer” – transplantando um pressuposto de ordem subjetiva, sem discutir suas razões e origens. A nação, para ela, surge de uma operação violenta que é encoberta por um “passado que remonta inocentemente a antes das próprias origens da sociedade”. O que era brutal, torna-se banal a partir da emergência de um mito fundacional. Esse momento fundador, porém, não é exatamente *esquecido*, mas sim *lembrado* a partir de uma gramática decidida no tempo presente. Ou seja, “não é que o momento de fundação da nação determina a história da nação, mas sim o contrário”. (MACHIN, 2021, p. 285, 287)

É nesse contexto que o processo de identificação será importante. Como já mencionado anteriormente, a identificação, para a psicanálise, não é uma escolha racional, mas o resultado de manifestações desejanças do inconsciente. O estágio do espelho lacaniano oferece uma imagem interessante desse processo. Ele se refere, em síntese, ao momento no qual “a criança toma consciência de seu corpo como uma ‘unidade’”, ao enxergar-se no espelho como um corpo “inteiro” e passar a se identificar projetivamente com aquela representação. A questão que se coloca, porém, é a de que a criança *não é* a imagem que vê

de si mesma. De modo com que a identificação se configura como uma experiência prazerosa e alienante, estabelecendo um “eu” ao mesmo tempo em que condena o sujeito a jamais ser capaz de corresponder ao “eu ideal” constituído pela representação. Isto é, o movimento que constitui o sujeito é, precisamente, o mesmo que o constitui como faltante. Afinal, “não é que existe um agente humano preexistente ao qual falte alguma coisa da sua totalidade original; antes, é essa falta que é necessária para que o sujeito venha a existir. A falta é constitutiva” (MACHIN, 2021, p. 289).

A nação, portanto, se articula em um movimento identificatório semelhante. Ela “está aí porque é esperada e desejada; a retroatividade se mistura com a antecipação porque quem se olha no espelho está se identificando com algo que já deseja” (MACHIN, 2021, p. 289). Isso quer dizer que há uma operação temporal intrincada na identificação. Ela cria a identificação como “sempre já” existente. Em outras palavras, não existe objeto de identificação antes da própria identificação, porém, a partir dela, o objeto se constitui como temporalmente preexistente. É como se o “eu” sempre tivesse existido ali, só não tendo sido percebido como tal. Assim, “uma nação não é criada num momento do passado; é criada continuamente no momento presente, em múltiplas situações cotidianas, tanto rotineiras quanto notáveis” (MACHIN, 2021, p. 289). É interessante, nesse sentido, notar que certas cenas do “passado” nacional acabam se tornando preponderantes sobre as outras justamente por representarem elementos que provêm *gozo* ao suprir, imaginariamente, a *falta* da comunidade – “são cenários fantasiosos da existência de uma época em que estávamos saciados, felizes, sem antagonismo; e muitas vezes também apontam para o possível amanhecer de um futuro dourado” (MACHIN, 2021, p. 290).

Para a psicanálise, porém, essa falta jamais pode ser preenchida. Sua insatisfação é constitutiva da própria estrutura do desejo. Daí o porquê de, para Slavoj Žižek (apud MACHIN, 2021, p. 290) a herança nacional ser uma espécie de “fóssil ideológico criado retroativamente pela ideologia dominante, a fim de obscurecer o seu atual antagonismo”. A eficácia do nacionalismo como ideologia, assim, estaria atrelada à sua capacidade de proporcionar o acesso a um *gozo parcial* – através de práticas não oficiais, tais como vitórias em guerras ou jogos olímpicos – e também de uma *promessa* de gozo sustentada pelo discurso público. As fantasias nacionalistas, além disso,

prometem não apenas encobrir a alienação na nação, mas também fornecer uma explicação *do que correu mal, porque* a nossa nação não está plena e unificada – daí a construção de inimigos nacionais que podem ser responsabilizados pela “nossa” falta e alienação (MACHIN, ANO, p. 292).

Bodes expiatórios, assim, seriam alçados ao lugar daquele que “nos rouba” *aquilo que falta*. A nação não está completa porque um “outro” – interno ou externo ao grupo – está roubando o objeto que garantiria essa unidade. O curioso é que “desfrutamos perversamente da fantasia da ameaça do outro”, dado que é precisamente esse elemento ausente no grupo que ampara a própria constituição da identidade. Em termos de síntese, portanto, a psicanálise oferece ferramentas para entender como

a nação é um objeto de identificação, de desejo e de fantasia – uma imagem de uma comunidade unificada, uma unidade imaginada, contendo o que falta a “nós”, porque “nós” nunca poderemos ser o que é, em última análise, desejado. A alienação resultante desta impossibilidade tem potencial perigoso e violento. Mas esta alienação também encerra a possibilidade de um resultado mais progressista e democrático: a contestação política contínua de qualquer construção dominante de identidade no confuso e confundidor mundo contemporâneo. (MACHIN, 2021, p. 294).

#### 4.3. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Esse capítulo serviu como um esforço inicial de marcar duas posições. Uma delas, apontando para a existência de uma série de termos mais ou menos consensuais no *mainstream* dos estudos do nacionalismo. É essa posição, inclusive, sustenta o outro lugar que tentei demarcar: uma falha mais ou menos consensual em conseguir comportar uma elaboração complexa sobre os aspectos subjetivos do nacionalismo, inclusive em termos sociais. Essa discussão costuma sequer ser endereçada ou, com alguma frequência, se expressar de forma totalizante e auto-evidente – o psicologismo radical que foi mencionado acima. Essa escansão não objetiva, de forma alguma, desqualificar a relevância de tal literatura para seus respectivos campos, mas indicar para a sua incapacidade estrutural de apreender os conceitos em sua completude. Toda análise, para além daquilo que teoriza, também tem de se haver com tudo aquilo que silencia sobre seu objeto de estudo. Algumas discussões, porém, são mais silenciadas do que outras. De modo com que, ao final, tentei apresentar algumas ideias sobre uma que me pareceu especialmente ausente: a subjetiva. Passamos, assim, às considerações finais e discussões conclusivas deste estudo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações gerais podem ser delineadas ao fim desse estudo. Em termos da amostra textual encontrada e delimitada, a mesma se compõe de um perfil bem definido: homens brancos velhos ocidentais. Isto é: homens em 70,7%; brancos/os em 87,9%; com idade superior a 60 anos em, ao menos, 85,8%; e ocidentais em 86,9%. Indicando, não obstante, como o *mainstream* acadêmico segue sendo pautado por um tipo específico de sujeitos. Uma análise de teor qualitativo nessa amostra textual nos permitiu identificar um quantitativo muito baixo (51%) de autores que, de fato, se engajam na discussão da identidade nacional enquanto um conceito, para além de sua mera mobilização. Eles em sua maioria (71,5%), contudo, concebem – ao menos discursivamente – a identidade enquanto um *processo*, diferenciando-se dos autores remanescentes que, no geral, a articulam como uma espécie de “essência” inerente ao nacionalismo ou aos sujeitos nacionais. É notável, também, a baixa recorrência do campo das Relações Internacionais (apenas 3%) no processo de elaboração teórica ou empírica sobre a identidade nacional – algo já notado anteriormente por James Mayall (1994) e Tatiana Vargas Maia (2022) em se tratando dos estudos de nacionalismo, de forma mais ampla. O que acaba por reforçar a ambiguidade dos conceitos correlatos à nação e ao nacionalismo no contexto desse campo de estudos.

Quanto às perspectivas mobilizadas para apreender a identidade nacional, a mais recorrente foi a sociológica, estando presente em 94% dos textos analisados qualitativamente, assumindo diversas facetas a depender dos alinhamentos teóricos empregados, mesmo que implicitamente, pelos autores. Em seguida, figura a perspectiva histórica, correspondendo a 67,5% da amostra analisada e, no geral, sendo apresentada de duas formas: a) enquanto história no sentido disciplinar estrito; e b) enquanto história imaginária mobilizada para a articulação da identidade grupal. A perspectiva política, por sua vez, foi identificada em 65,5% dos textos, estando atrelada principalmente ao processo histórico de construção das nações e às ingerências de sua disputa por elites políticas. As perspectivas raciais e de gênero, conforme o esperado, foram menos mobilizadas que as demais. Com menção a aspectos raciais em 51% da amostra, comumente ligada a discussões de teor étnico e de gênero em apenas 47%, em geral sendo apenas mencionada como uma variável, sem elaborações específicas de seus efeitos ou influências. A perspectiva subjetiva, objeto central deste estudo, foi mobilizada em 61% da amostra, entretanto, geralmente se deu como um *efeito colateral* das definições de Estado e/ou nação, sendo significativamente menos discutida que ambas.

As perspectivas críticas da identidade são pertinentes, nesse contexto, com vistas a relativizar sua unidade – tanto no nível do grupo, quanto do próprio sujeito –, a partir delas é possível fraturar o conceito de modo a marcar sua arbitrariedade semântica e, não obstante, epistemológica. Quando avançamos sobre o debate acerca das definições, fica evidente a dificuldade em nomear um processo que se constitui, precisamente, por ser subjetivo. As reflexões de Walker Connor (1972;1978), nesse sentido, englobam muito bem essa dificuldade, ao posicionar a identidade nacional como algo que emerge a partir da *autoconsciência* dos sujeitos nacionais. Como efeito desse posicionamento ele recai, contudo, num movimento de profundo relativismo. Quase como se, ao apontar a parcialidade dos demais autores, incorre no mesmo problema pelo caminho inverso. As características tangíveis da identidade nacional são relegadas para um segundo plano em prol, quase que exclusivamente, daquilo que as pessoas *acreditam* que tais características sejam.

A partir dessa discussão é que Montserrat Guibernau (2004) estrutura boa parte de suas críticas a Anthony Smith (2009). Ela, em um primeiro movimento de seu estudo, aponta falhas bastante contundentes acerca da definição de Smith, reconhecendo uma série de limitações desse conceito que ficou preso em seu tempo. Suas conclusões, contudo, recaem nos mesmos problemas de relativismo de Connor. A resposta oferecida por Anthony nos parece interessante no contexto desse estudo por ser, dentre todos os textos analisados, a melhor definição geral sobre a identidade nacional. Ela é, para ele,

a reprodução e reinterpretação contínua do padrão de valores, símbolos, memórias, mitos e tradições que compõem o patrimônio distintivo das nações, e a identificação dos indivíduos com esse patrimônio e os seus elementos culturais – uma definição que não se refere ao estado nacional moderno (SMITH, 2009, p. 109).

Reconhecendo-se, é claro, que tal definição se refere a um *tipo ideal*, devendo ser mobilizada a partir das cadeias simbólicas que condicionem as estruturas de sua manifestação a depender de cada caso. Posiciona, assim, a identidade nacional como um processo no *espaço* e no *tempo* – que está atrelado a lógicas de *significação* próprias a depender do grupo a partir do qual se articula. Assim, uma retomada a Amanda Machin (2021) nos permitiu dar conta de apresentar alguns dos principais mecanismos implicados no processo subjetivo de constituição e re-criação da identidade nacional, a partir dos sujeitos. Evita-se, nesse movimento, incorrer em um relativismo absoluto, preferindo a apresentação de dinâmicas intersubjetivas mais ou menos consistentes para o entendimento de tais aspectos.

Fica evidente, assim, a complexidade inerente à mobilização do conceito de identidade – dada a sua falsidade e arbitrariedade. Isto não implica que possamos

abandoná-lo, dados os investimentos afetivos e emocionais promovidos historicamente por sujeitos, de modo a seguir os sustentando. Na prática, para sujeitos nacionais – que acreditam na ficção constitutiva de sua própria identidade – ou atores políticos engajados na transmissão de discursos ideológicos, a nação pode até operar segundo a lógica de “você me abre seus braços, e a gente faz um país”. A nível de teorizações sobre o processo que enseja a criação e reprodução de tais identidades, porém, precisamos romper com o relativismo que assume que “meu mundo é você quem faz” e “nada de mau nos alcança”. Afinal, a identidade nacional, conforme expresso por Anthony Smith, precisa passar a ser apreendida a partir dos termos que balizam sua manifestação concreta e não de abstrações puramente teóricas.

Aspectos subjetivos precisam, sim, ser abordados em que estudos que se proponham a uma análise plural dos fenômenos da nação, do nacionalismo ou das identidades nacionais – há de se atentar, contudo, para evitar escorregar em pressupostos teóricos que se assentem em relativismos que inviabilizam qualquer forma de teorização séria sobre os mesmos. Ou, em outras palavras: apesar de os aspectos subjetivos serem ainda *pouco* teorizados, não é necessário somente que passem a aparecer *mais* nessa literatura, mas, especialmente, que passem a aparecer *melhor* discutidos, confrontados e elaborados – reconhecendo-se, também, os seus próprios limites. Dentro de uma grande miríade de possibilidades, esse estudo emprega a crítica psicanalítica da identidade como um caminho para complexificar as discussões atreladas ao fenômeno da identidade nacional. Não se almejou, por óbvio, esgotá-la em sua complexidade teórica e empírica, mas, contrariamente a isso, mobilizá-la como um mecanismo capaz de promover novas escansões – fraturando a suposta coerência da definição implícita da identidade nacional, esse *efeito colateral* da nação e do nacionalismo que tentamos dar conta de mapear ao longo deste estudo.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDERSON, Benedict. **The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia, and the world**. London: Verso, 1998.

APPLEGATE, Celia. **A nation of provincials: The German idea of Heimat**. Los Angeles: University of California Press, 1990.

BANET-WEISER, Sarah. **The most beautiful girl in the world: Beauty pageants and national identity**. Berkeley: University of California Press, 1999.

BELL, Duncan SA. Mythscapes: memory, mythology, and national identity. **The British journal of sociology**, v. 54, n. 1, p. 63-81, 2003.

BHABHA, Homi K. (Ed.). **Nation and narration**. Abingdon, UK: Routledge, 2013.

BLANK, Thomas; SCHMIDT, Peter. National identity in a united Germany: Nationalism or patriotism? An empirical test with representative data. **Political psychology**, v. 24, n. 2, p. 289-312, 2003.

BLOMMAERT, Jan. Language policy and national identity. In: RICENTO, Thomas. **An introduction to language policy: Theory and method**, p. 238-254, 2006.

BOYD, Carolyn P. **Historia patria: politics, history and national identity in Spain, 1875-1975**. Princeton: Princeton University Press: 1997.

BOZDOĞAN, Sibel; KASABA, Reşat (Ed.). **Rethinking modernity and national identity in Turkey**. University of Washington Press, 1997.

BRANDENBERGER, David. **National Bolshevism: Stalinist mass culture and the formation of modern Russian national identity, 1951-1956**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BUSHNELL, David. **The making of modern Colombia: A nation in spite of itself**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Who sings the Nation State? language, politics and belonging**. New York: Seagull Books, 2007.



CAREY, Sean. Undivided loyalties: Is national identity an obstacle to European integration?. **European union politics**, v. 3, n. 4, p. 387-413, 2002.

CHAKRAVARTY, Sumita S. **National identity in Indian popular cinema, 1947-1987**. Austin: University of Texas Press, 1993.

COHEN, Michèle. **Fashioning masculinity: national identity and language in the eighteenth century**. London: Routledge, 1996.

COLLEY, Linda. **Britons: forging the nation, 1707-1837**. London: Pimlico, 2003.

CONNOR, Walker. A nation is a nation, is a state, is an ethnic group is a.... **Ethnic and racial studies**, v. 1, n. 4, p. 377-400, 1978.

CONNOR, Walker. Nation-building or nation-destroying?. **World politics**, v. 24, n. 3, p. 319-355, 1972.

COTT, Nancy F. **Public vows: a history of marriage and the nation**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Gleidson Renato Martins; JUNIOR, Paulo Roberto Faber Tavares. Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. **Canoas: IFRS campus Canoas**, p. 313, 2018

DITTMER, Lowell; KIM, Samuel S. (Ed.). **China's quest for national identity**. Ithaca, USA: Cornell University Press, 1993.

DONNAN, Hastings. WILSON, Thomas M. **Borders: Frontiers of Identity, Nation and State**. New York: Berg, 1999.

EDENSOR, Tim. Automobility and national identity: Representation, geography and driving practice. **Theory, Culture & Society**, v. 21, n. 4-5, p. 101-120, 2004.

EDENSOR, Tim. **National identity, popular culture and everyday life**. Oxford: Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: FREUD, Sigmund. **Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-153.

GOLDMAN, Marcio; NEIBURG, Federico. Antropologia e política nos estudos de caráter nacional. **Anuário Antropológico**, v. 22, n. 1, p. 105-138, 1998.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence: Volume Two of A Contemporary Critique of Historical Materialism**. Cambridge: Polity Press, 1985.

GREENFELD, Liah. **Nationalism: Five roads to modernity**. Harvard University Press, 1992

GREENFELD, Liah; EASTWOOD, Jonathan. **National Identity**. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. 256–273.

GUIBERNAU, Montserrat. Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment. **Nations and Nationalism**, v. 10, n. 1-2, p. 125-141, 2004.

HALL, Stuart. Culture, community, nation. **Cultural studies**, v. 7, n. 3, p. 349-363, 1993.

HAMMAR, Tomas. **Democracy and the Nation State: Aliens, Denizens and Citizens in a World of International Migration**. New York: Routledge, 2016.

HECHT, Gabrielle. **The radiance of France, new edition: Nuclear power and national identity after World War II**. Cambridge-MA: MIT press, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **História social do jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLY, Ladislav. **The little Czech and the great Czech nation: National identity and the post-communist social transformation**. New York: Cambridge University Press, 1996.

HUDDY, Leonie; KHATIB, Nadia. American patriotism, national identity, and political involvement. **American journal of political science**, v. 51, n. 1, p. 63-77, 2007.

JAYAWARDENA, Kumari. **Feminism and nationalism in the Third World**. Verso Books, 2016.

KEDOURIE, Elie. **Nationalism**. London: Hutchinson University Library, 1961.

- KELLAS, James. **The Politics of Nationalism and Ethnicity**. London: MacMillan Press, 1998.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOHN, Hans. **The idea of nationalism: A study in its origins and background**. New Brunswick, USA: Transaction Publishers, 2008.
- KUMAR, Krishan. **The making of English national identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- MACHIN, Amanda. **Nationalism**. In: STAVRAKAKIS, Yannis. *Routledge Handbook of Psychoanalytic Political Theory*. London: Routledge University Press, 2020. p. 285-295
- MARSON, Adalberto. **Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão**. *Revista de História*. v. 42, n. 86, p. 513-528, 1971.
- MASSAD, Joseph Andoni. **Colonial effects: The making of national identity in Jordan**. New York, USA: Columbia University Press, 2001.
- MCCLINTOCK, Anne. Family feuds: Gender, nationalism and the family. *Feminist review*, v. 44, n. 1, p. 61-80, 1993.
- MOFFATT, Jennifer H. et al. Colistin resistance in *Acinetobacter baumannii* is mediated by complete loss of lipopolysaccharide production. *Antimicrobial agents and chemotherapy*, v. 54, n. 12, p. 4971-4977, 2010.
- MOGHADAM, Valentine (Ed.). **Gender and national identity: women and politics in Muslim societies**. Palgrave Macmillan, 1994.
- MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. RODRIGUES, Cristina Carneiro. LUCA, Tania Regina de. GUIMARÃES, Valéria. orgs. **Identidades brasileiras: composições e recomposições [online]**. São Paulo: Editora UNESP, p. 7-29, 2014.
- NATION, Ian Stephen Paul; MACALISTER, John. **Teaching ESL/EFL reading and writing**. New York: Routledge, 2020.
- NATION SR, James L. **Insect physiology and biochemistry**. Abingdon: CRC press, 2022.

ÔMAE, Ken'ichi. **The end of the nation state: The rise of regional economies**. Simon and Schuster, 1995.

ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of nationalism: A critical introduction**. London, UK: Palgrave Macmillan, 2017.

REDIN, Giuliana. **Psicologia Social da Vulnerabilidade do Migrante Internacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2022.

REICHERT, Douglas Welter. O Inimigo Comum – Reflexões sobre o Papel de Ameaças Imaginárias para a Articulação da Política Brasileira. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/111760>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SETON-WATSON, Hugh. **Nations and States: An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism**. London: Methuen & Co, 1977.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa*: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril\\_v58\\_n229\\_p37](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37).

SIMI, Gianluca. **A metafísica do estrangeiro: um ensaio sobre o conceito de estrangeiridade**. In: REDIN, Giuliana (Org.). *Migrações Internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. p. 127-143.

SMITH, Anthony D. **Ethno-symbolism and nationalism: A cultural approach**. London: Routledge, 2009.

SMITH, Anthony D. National identity and the idea of European unity. **International affairs**, v. 68, n. 1, p. 55-76, 1992.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPILLMAN, Lyn. **Nation and commemoration: Creating national identities in the United States and Australia**. Cambridge University Press, 1997.

STAVRAKAKIS, Yannis. **The Lacanian Left: Psychoanalysis, Theory, Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

STRATTON, Jon; ANG, Ien. Multicultural imagined communities: Cultural difference and national identity in Australia and the USA. **Continuum**, v. 8, n. 2, p. 124-158, 1994.

SULEIMAN, Yasir. **Arabic language and national identity: A study in ideology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

SUNY, Ronald Grigor. *The Making of the Georgian Nation*. Bloomington: Indiana University Press: 1988.

TAMIR, Yael. **Liberal nationalism**. Princeton University Press, 1995.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. National identity and the 'other'. **Ethnic and racial studies**, v. 21, n. 4, p. 593-612, 1998.

TÖLÖLYAN, Khachig. The nation-state and its others: In lieu of a preface. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 1, n. 1, p. 3-7, 1991.

VARGAS MAIA, Tatiana. Entrevista com a Professora Doutora Tatiana Vargas Maia sobre Nacionalismos no Século XXI. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 12, n. 23, 2019.

VARGAS MAIA, Tatiana. The 'Erasure of Nationalism' and International Relations. **E-International Relations**. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2022/06/08/the-erasure-of-nationalism-and-international-relations/>

Acesso em: 22 dez. 2023.

VIANNA, Hermano. *The Mystery of Samba: Popular Music and National Identity in Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press: 1999.

WODAK, Ruth; DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin. The discursive construction of national identities. **Discourse and Society**, v. 10, n. 2, p. 149-173, 1999.

ZOLBERG, Aristide R. *A Nation by Design: immigration policy in the fashioning of America*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

## APÊNDICE

### Lista completa de textos selecionados

Autor	Título	Tipo	Ano
Alan Milward	The European rescue of the nation-state	Livro	2000
Alan M. Wachman	Taiwan: National identity and democratization	Livro	1994
Adrian Hastings	The construction of nationhood: Ethnicity, religion and nationalism	Livro	1997
Anna Triandafyllidou	National identity and the 'other'	Artigo	1998
Anne McClintock	Family Feuds: Gender, Nationalism and the Family	Artigo	1993
Anthony Giddens	The nation-state and violence	Artigo	1986
Anthony Smith	Ethno-symbolism and nationalism: A cultural approach	Livro	2009
Anthony Smith	Myths and Memories of the Nation	Livro	1999
Anthony Smith	Nationalism and modernism	Livro	2013
Anthony Smith	Nationalism: Theory, ideology, history	Livro	2013
Anthony Smith	National identity and the idea of European unity	Artigo	1992
Anthony Smith	Nations and nationalism in a global era	Livro	2013
Aristide R. Zolberg	A nation by design: Immigration policy in the fashioning of America	Livro	2006
Benedict Anderson	The spectre of comparisons: Nationalism, Southeast Asia, and the world	Livro	1998
Benedict Anderson	Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism	Livro	2006
Carolyn P. Boyd	Historia patria: politics, history, and national identity in Spain, 1875-1975	Livro	2020
Celia Applegate	A nation of provincials: The German idea of Heimat	Livro	1990
Craig Calhoun	Nationalism	Livro	1997
David Brandenberger	National Bolshevism: Stalinist mass culture and the formation of modern Russian national identity, 1931-1956	Livro	2002
David Bushnell	The making of modern Colombia: A nation in spite of itself	Livro	1993

David Held	Democracy, the nation-state and the global system	Artigo	1991
David McCrone	Understanding Scotland: The sociology of a nation	Livro	2002
Duncan Bell	Mythscape: memory, mythology, and national identity	Artigo	2003
Einar Haugen	Dialect, Language, Nation	Artigo	1966
Elie Kedourie	Nationalism	Livro	1961
Elizabeth Theiss-Morse	Who counts as an American?: The boundaries of national identity	Livro	2009
Ernest Gellner	Nations and nationalism	Livro	2008
Etienne Balibar	The nation form: history and ideology	Artigo	1990
Eva Mackey	The house of difference: Cultural politics and national identity in Canada	Livro	2002
Gabrielle Hecht	The Radiance of France, new edition: Nuclear Power and National Identity after World War II	Livro	2009
Gertjan Dijink	National identity and geopolitical visions: Maps of pride and pain	Livro	2002
Hans Kohn	The idea of nationalism: A study in its origins and background	Livro	1967
Hermano Vianna	The mystery of samba: popular music & national identity in Brazil	Livro	1999
Homi K. Bhabha	Nation and narration	Org.	2013
Hugh Seton-Watson	Nations and states: An enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism	Livro	2019
James G Kellas	The politics of nationalism and ethnicity	Livro	1998
Jan Blommaert	Language policy and national identity	Cap.	2006
Jean-Marie Guéhenno	The end of the nation-state	Livro	1995
Jeff Lesser	Negotiating national identity: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil	Livro	1999
Jeffrey Richards	Films and British National Identity: From Dickens to Dad's Army	Livro	1997
Jeffrey T. Checkel	Norms, institutions, and national identity in contemporary Europe	Artigo	1999
John Alexander Armstrong	Nations before nationalism	Livro	2017

John Breuilly	Nationalism and the State	Livro	1993
John Hutchinson; Anthony Smith	Nationalism	Org.	1994
John R. Gillis	Commemorations: The politics of national identity	Org.	1996
Jon Stratton; Ien Ang	Multicultural imagined communities: Cultural difference and national identity in Australia and the USA	Artigo	1994
Joseph Massad	Colonial effects: The making of national identity in Jordan	Livro	2001
Joshua A. Fishman	Language and Nationalism: Two Integrative Essays	Livro	1972
Judith Butler; Gayatri Spivak	Who sings the nation-state	Livro	2007
Jürgen Habermas	Citizenship and national identity	Cap.	1990
Kenichi Ōmae	The end of the nation state: The rise of regional economies	Livro	1995
Khachig Tölölyan	The nation-state and its others: In lieu of a preface	Artigo	1991
Krishan Kumar	The making of English national identity	Livro	2003
Kumari Jayawardena	Feminism and nationalism in the Third World	Org.	2016
Ladislav Holy	The little Czech and the great Czech nation: National identity and the post-communist social transformation	Livro	1996
Laura Silber; Alan Little	Yugoslavia: Death of a nation	Livro	1997
Lawrence Vale	Architecture, power and national identity	Livro	2014
Leonie Huddy; Nadia Khatib	American patriotism, national identity, and political involvement	Artigo	2007
Liah Greenfeld	Nationalism: Five roads to modernity	Livro	1992
Linda Colley	Britons: forging the nation, 1707-1837	Livro	2003
Liisa Malkki	National geographic: The rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees	Artigo	1992
Lowell Dittmer; Samuel S. Kim	China's quest for national identity	Org.	1993
Lynette Spillman	Nation and commemoration: Creating national identities in the United States and Australia	Livro	1997



Melissa Aronczyk	Branding the nation: The global business of national identity	Livro	2013
Michael Hechter	Containing nationalism	Livro	2000
Michèle Cohen	Fashioning masculinity: National identity and language in the eighteenth century	Livro	2002
Maria Montserrat Guibernau	Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment	Artigo	2004
Maria Montserrat Guibernau	The identity of nations	Livro	2007
Monroe Edwin Price	Television, the public sphere, and national identity	Livro	1995
Nancy F. Cott	Public vows: A history of marriage and the nation	Livro	2002
Philip Schlesinger	On national identity: Some conceptions and misconceptions criticized	Artigo	1987
Richard Slotkin	Gunfighter nation: The myth of the frontier in twentieth-century America	Livro	1998
Robert J. Holton	Globalization and the nation state	Livro	2011
Ronald Grigor Suny	The making of the Georgian nation	Livro	1994
Ross Poole	Nation and identity	Livro	1999
Ruth Wodak	Discursive construction of national identity	Livro	2009
Ruth Wodak; Rudolf de Cillia; Martin Reisigl	The discursive construction of national identities	Artigo	1999
Samuel P. Huntington	Who are we?: The challenges to America's national identity	Livro	2004
Sarah Banet-Weiser	The most beautiful girl in the world: Beauty pageants and national identity	Livro	1999
Sean Carey	Undivided loyalties: Is national identity an obstacle to European integration?	Artigo	2002
Seymour Martin Lipset	The first new nation: The United States in historical and comparative perspective	Livro	1967
Sibel Bozdogan; Reşat Kasaba	Rethinking modernity and national identity in Turkey	Livro	1997
Sonya O. Rose	Which People's War?: national identity and citizenship in wartime Britain 1939-1945	Livro	2003
Steve Reicher; Nick Hopkins	Self and nation	Livro	2000
Stuart Hall	Culture, community, nation	Artigo	1993

Sumita S. Chakravarty	National identity in Indian popular cinema, 1947-1987	Livro	2011
Thomas Blank; Peter Schmidt	National identity in a united Germany: Nationalism or patriotism? An empirical test with representative data	Artigo	2003
Thomas Hammar	Democracy and the nation state	Livro	2017
Thomas Hylland Eriksen	Ethnicity and nationalism: Anthropological perspectives	Livro	2002
Thomas M. Wilson;Hastings Donnan	Borders: Frontiers of identity, nation and state	Livro	2021
Tim Edensor	Automobility and national identity: Representation, geography and driving practice	Artigo	2004
Tim Edensor	National identity, popular culture and everyday life	Livro	2020
Umut Özkırmlı	Theories of nationalism: a critical introduction	Livro	2000
Valentine Moghadam	Gender and national identity: women and politics in Muslim societies	Livro	1994
Walker Connor	A nation is a nation, is a state, is an ethnic group is a...	Artigo	1978
Walker Connor	Nation-building or nation-destroying?	Artigo	1972
William Bloom	Personal identity, national identity and international relations	Livro	1990
Yasir Suleiman	Arabic language and national identity: a study in ideology	Livro	2019
Yuli Tamir	Liberal nationalism	Livro	1995